

emQuestão 10

emQuestão 10

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou e o MEC homologou as Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões – Resolução 2/2010 – que define as bases para a construção de políticas de educação nas prisões em todo o território nacional. Entre outras determinações, foi estabelecido que a educação nas prisões deve ser vinculada às redes públicas de ensino, sendo de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação sua oferta e garantia de acesso e de permanência.

Para o país e, mais especificamente, para o estado de São Paulo, a aprovação das Diretrizes representa um marco importante: é a responsabilização do Estado, por meio de seus órgãos gestores da educação. Na prática, significa que é preciso garantir profissionais habilitados, espaços físicos adequados e material pedagógico, mas, acima de tudo, é preciso considerar as especificidades da população prisional na definição da grade curricular, ou seja, pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para um público específico, num contexto específico.

Esta publicação apresenta dados e informações que subsidiam o debate público sobre a necessidade urgente de grandes investimentos em uma política de EJA nas unidades prisionais de São Paulo. Espera-se que essa reflexão contribua com a elaboração de ações destinadas à educação a serem realizadas nas unidades prisionais de São Paulo e em outros estados brasileiros em prol do direito humano à educação de homens e mulheres em espaços de privação de liberdade.

Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo

Educação nas prisões: perfil de escolaridade da população prisional de São Paulo



emQuestão 10

*Educação
nas prisões:*

perfil de
escolaridade da
população prisional
de São Paulo



Coordenação de pesquisa: Mariângela Graciano
Assistente de pesquisa: Ednéia Gonçalves
Secretaria Executiva: Suelaine Carneiro
Assessoria Estatística: Fernando Guarnieri
Gráficos e tabelas: Fernando Guarnieri e Marcelo Ramos
Equipe de campo: Aline Yamamoto, Ana Carolina Oliveira Gomes, Beatriz Flausino, Bruna Gisi, Edina Lima Silva, Ednéia Gonçalves, Gesley Fernandes Pereira, Henrique de Paula Finotti, Ingrid Rodrigues da Silva, Isabela Viriato Pombo, Juliana Lima, Luana Fúnia, Mara Paulini Machado, Marcel Figueiredo Gonçalves, Maria Izabel Rezende, Mariana Lins de Carli Silva, Mariângela Graciano, Marina Bellia, Natália Lago, Natalia Yumi Kajiyi, Renato Watanabe de Moraes, Sofia Fichino, Suzane Silva, Talita Lara Coelho de Melo e Vitória Alves.
Revisão: Dylan Frontana e Fernanda Bottallo
Apoio institucional à Ação Educativa: EED/Pão para o Mundo
Finalização: Cláudia Bandeira
Ilustração de capa: Eduardo Borges
Projeto Gráfico: SM&A Design | Samuel Ribeiro Jr.
Diagramação: Elis Nunes

Realização



Parceria



Apoio

Grupo
Educação
nas Prisões

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo. Levantamento de informações sobre o perfil de escolaridade da população prisional / Ação Educativa, Ação Educativa, Graciano, Mariângela (coord.); Pastoral Carcerária; Grupo Educação nas Prisões – São Paulo: Ação Educativa, 2013, 1ª edição (Em Questão; 10).

112 p.

1. Educação. 2. Educação em prisões. 3. Educação de adultos presos. 4. Educação de jovens e adultos. 4. Direito à educação
I. AÇÃO EDUCATIVA II. GRACIANO, Mariângela III. PASTORAL CARCERÁRIA IV. GRUPO EDUCAÇÃO NAS PRISÕES.

CDD 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito à educação e piso salarial dos professores : Direito constitucional
342:37.014.1(81)



Rua General Jardim , 660 – São Paulo (SP). Tel.: (11)
3151-2333
www.acaoeducativa.org

Sumário

Apresentação	05
Introdução	07
Contexto	09
Nota metodológica	13
Caracterização da estrutura física das unidades	15
Perfil da população	17
Educação	27
Trabalho na prisão	41
Expectativa de futuro fora da prisão	45
Educação e trabalho nas prisões na perspectiva das/os profissionais	47
Anexos	61

Apresentação

Desde 2006, a Ação Educativa atua pela garantia do direito humano à educação das pessoas encarceradas, como parte da luta pelo fortalecimento das políticas de Educação de Jovens e Adultos no país. Como parte do grupo de Educação nas Prisões, a organização exerceu um papel importante para a aprovação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões, norma com força de lei aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2010 – Resolução 2/2010 – que define as bases para a construção de políticas de educação nas prisões em todo o território nacional. As Diretrizes são produto de um conjunto de debates, que tiveram início em 2006 e envolveram diversos organismos governamentais e não governamentais nas discussões sobre o direito à educação de pessoas privadas de liberdade.

Composto por entidades de educação e de defesa dos Direitos Humanos¹ e pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Grupo de Educação nas Prisões tem atuado desde 2006 por meio da produção de informações, posicionamentos públicos, organização de eventos, ações junto ao Sistema de Justiça, Legislativo e Executivo do apoio aos trabalhos da Relatoria Nacional de Educação, que lançou, em 2009, o *Relatório Educação nas Prisões Brasileiras*. O Grupo reivindica maior transparência pública e controle social da política de educação no sistema prisional de São Paulo e do País.

Esta pesquisa produzida pela Ação Educativa em parceria com a Pastoral Carcerária, no marco de atuação do Grupo de Educação nas Prisões, representa uma possibilidade de contribuir com a implementação das Diretrizes e com o fortalecimento da agenda de direitos humanos no sistema prisional de São Paulo. Esses desafios enfrentam bastante resistência de setores conservadores do Estado e da sociedade, que entendem que a solução da criminalidade passa somente pelo recrudescimento da segurança pública, pelo aumento do aprisionamento e por um modelo de prisão que nega direitos e a possibilidade de “outros futuros” para a população prisional.

A educação, além de se constituir em direito humano fundamental de qualquer pessoa, representa a aposta na construção de um novo modelo prisional (que supere um quadro caótico, violador de direitos e marcado por condições indignas, presente na realidade penitenciária brasileira). Um novo modelo sintonizado com os desafios de uma sociedade democrática comprometida com a afirmação de direitos da população carcerária.

Esperamos que os resultados desta pesquisa contribuam para explicitar a necessidade urgente de grandes investimentos em uma política de educação de jovens e adultos nas unidades prisionais de São Paulo que responda à grande demanda educacional da população encarcerada e subsidiem ações e reflexões em outros estados brasileiros em prol do direito humano à educação de homens e mulheres em espaços de privação de liberdade.

¹ Conectas Direitos Humanos, Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Núcleo Especializado de Situação Carcerária), Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária. Participaram em diversas ações do Grupo de Educação nas Prisões: Instituto Paulo Freire, Alfasol, Ilanud, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Associação Juizes para a Democracia, Instituto Pro Bono, Movimento do Ministério Público Democrático e Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação (Plataforma DHESCA Brasil).

Introdução

Este relatório apresenta o resultado da segunda etapa da pesquisa intitulada “Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo”. O objetivo dessa pesquisa foi a produção de dados e informações que colaborassem com a elaboração das ações destinadas à educação a serem realizadas nas unidades prisionais de São Paulo pelos órgãos governamentais responsáveis no sistema prisional paulista.

Concretizada por meio de parceria entre a Ação Educativa e a Pastoral Carcerária, esta segunda etapa envolveu a identificação da estrutura física destinada à educação, além de entrevistas com a população carcerária e funcionários de três penitenciárias masculinas, uma feminina e de quatro Centros de Detenção Provisória (CDPs), todos localizados na Comarca de São Paulo.

A primeira etapa resultou em pesquisa idêntica àquela desenvolvida na Penitenciária Feminina de Santana no primeiro semestre de 2011. O objetivo inicial da proposta, quando foi formatada pela Ação Educativa em abril de 2010, era realizar simultaneamente o levantamento das informações em todas as unidades prisionais da Comarca de São Paulo.

Foi este o conteúdo da solicitação feita à Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), em maio de 2010. Desde então, ficamos aguardando a autorização, concedida em setembro de 2012, após diversos pedidos de esclarecimentos sobre a proposta.

Nesse intervalo de tempo, o Conselho da Comunidade viabilizou a realização da pesquisa na Penitenciária Feminina de Santana, cujo relatório está disponível em: <www.acaoeducativa.org>.

O estímulo inicial para a elaboração da proposta de pesquisa foi a aprovação, em 2001, pelo Conselho Nacional da Educação, das Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões. Esse documento normatiza a organização da educação básica no sistema prisional, considerando as responsabilidades administrativas e as dimensões formal, não formal e profissionalizante da educação.

Pesquisas anteriores, bem como os reduzidos e precários dados oficiais sobre a situação, indicavam a necessidade da produção de informação para subsidiar a formulação do programa paulista de educação nas prisões, conforme determinação das Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões.

O tempo de espera pela autorização da SAP foi permeado por importantes iniciativas no campo do reconhecimento dos direitos educativos das pessoas adultas privadas de liberdade, o que tornou ainda mais urgente a divulgação desta pesquisa.

A fim de viabilizar a realização da pesquisa num período breve, sem comprometer sua representatividade estatística para o conjunto da população carcerária paulista, o universo pesquisado foi reduzido às unidades citadas acima.

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de outubro e novembro de 2012, com o apoio de uma equipe constituída por Aline Yamamoto, Ana Carolina Oliveira Gomes, Beatriz Flausino, Bruna Gisi, Edina Lima Silva, Ednéia Gonçalves, Gesley Fernandes Pereira, Henrique de Paula Finotti, Ingrid Rodrigues da Silva, Isabela Viriato Pombo, Juliana Lima, Luana Fúnia, Mara Paulini Machado, Marcel Figueiredo Gonçalves, Maria Izabel Rezende, Mariana Lins de Carli Silva, Marina Bellia, Natália Lago, Natalia Yumi Kajiya, Renato Watanabe de Moraes, Sofia Fichino, Suzane Silva, Talita Lara Coelho de Melo e Vitória Alves.

A estas pessoas, agentes da Pastoral Carcerária, pesquisadores/as, estudantes, defensores/as públicos/as, ativistas de organizações da sociedade civil, os agradecimentos pela dedicação e compromisso com o trabalho.

A definição da amostra, bem como a sistematização das informações e cruzamentos estatísticos, ficaram sob a responsabilidade do sociólogo Fernando Guarnieri, a quem agradecemos pela compreensão com os transtornos causados pela impossibilidade de realização do trabalho de acordo com o cronograma inicial previsto.

Às entidades Pastoral Carcerária, Conectas Direitos Humanos, Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Núcleo Especializado de Situação Carcerária), Instituto Práxis de Direitos Humanos, Instituto Terra e Trabalho e Cidadania, agradecemos o apoio a este trabalho e a confiança depositada nele.

Agradecemos às sociólogas Suelaine Carneiro, responsável pela secretaria-executiva da pesquisa, e Ednéia Gonçalves, presente em todas as unidades pesquisadas, responsável pela constituição da base de dados e apoio na produção deste relatório.

Agradecemos aos demais integrantes da equipe da Ação Educativa por terem viabilizado institucionalmente este trabalho após quase três anos de espera: Denise Carreira, coordenadora da área de Educação, e Bruna Gisi, Claudia Bandeira, Ednéia Gonçalves, Ester Rizzi, Fernanda Fernandes, Luis Serrao, Maria Clara Di Pierro, Roberto Catelli Jr. e Salomão Ximenes.

Muito obrigada a Heidi Cerneka, da coordenação da Pastoral Carcerária, pela leitura atenta e pelas observações ao relatório preliminar.

Ao Padre Valdir Silveira, pelo apoio fundamental.

A Marcelo Ramos, pela produção voluntária dos gráficos que compõem este documento.

E ao Prof. Dr. Geraldo Sabino (PUC-Campinas), pelo apoio incondicional e contribuições a este relatório.

Agradecemos às 599 pessoas privadas de liberdade que optaram por participar desta pesquisa, dividindo com a equipe suas impressões e expectativas sobre o tema.

Por fim, agradecemos aos gestores e funcionários das unidades pesquisadas pela colaboração e sensibilidade em viabilizar a realização das entrevistas com a população carcerária e, também, pela disposição em compartilhar conosco sua experiência do cotidiano das unidades. Conforme compromisso assumido, não podemos citar seus nomes, mas, a cada uma delas, nossa gratidão.

Certamente duas certezas são compartilhadas por todas as pessoas envolvidas nesta pesquisa: a primeira delas é que o diagnóstico das condições atuais e das expectativas da população carcerária e de funcionários é fundamental para a elaboração de políticas educacionais adequadas e satisfatórias.

A segunda, é que a educação é um direito humano e, por isso, nosso compromisso para sua garantia a todas as pessoas.

Mariângela Graciano
Coordenação da Pesquisa

Contexto

Em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou e o MEC homologou as Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões, documento que foi homologado pelo MEC.

Entre outras determinações, foi estabelecido que a educação nas prisões deve ser vinculada às redes públicas de ensino, sendo da responsabilidade das secretarias estaduais de educação sua oferta e garantia de acesso e permanência.

Para o País e, mais especificamente, para o estado de São Paulo, a aprovação das Diretrizes representa um marco importante: é a responsabilização do Estado, por meio de seus órgãos gestores da educação. Na prática, significa que é preciso garantir profissionais habilitados, espaços físicos adequados e material pedagógico, mas, acima de tudo, é preciso considerar as especificidades da população prisional na definição da grade curricular.

Tais especificidades não se relacionam apenas ao fato de essas pessoas se encontrarem privadas de liberdade, mas também aos seus anseios, inclusive relacionados ao mundo do trabalho, ao universo cultural. Trata-se de pensar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para um público específico, num contexto específico.

Ainda no campo formal, em 29 de junho de 2011 foi sancionada a Lei 12.433, que altera a Lei de Execução Penal, estabelecendo a remição de um dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar – em atividades relacionadas ao ensino fundamental, ensino médio, inclusive profissionalizante, ou ensino superior, ou, ainda, em atividades de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em três dias. O tempo a remir será acrescido de 1/3 do total em caso de conclusão de ensino fundamental, médio ou superior.

Trata-se de um estímulo à educação nas prisões, que deverá ampliar a demanda nas unidades. Esse fato torna urgente conhecer as possibilidades atuais em termos de registro e acompanhamento da vida escolar dessa população.

Em São Paulo, em consequência da criação das Diretrizes Nacionais para Educação em Prisões, o governo estadual emitiu o Decreto 57.238, de 17 de agosto de 2011, que instituiu o Programa de Educação nas Prisões. Finalmente, em 16 de janeiro de 2013, esse decreto foi regulamentado pela Resolução Conjunta da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEE/SAP nº 1, de 16/1/2013), que dispõe “sobre a oferta da Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, a jovens e adultos que se encontrem em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do estado de São Paulo”.

Trata-se de uma iniciativa inédita na história da educação pública paulista. Os arranjos pessoais estabelecidos entre funcionários de diferentes órgãos de instituições públicas e também privadas foram substituídos por uma ação de governo, que estabelece a responsabilidade sobre a garantia da educação básica aos órgãos responsáveis pela rede estadual de ensino público e àquele responsável pela execução penal.

Entre muitos desafios desencadeados pela Resolução 1, está a substituição dos monitores sentenciados por docentes habilitados. Defendida por alguns pesquisadores do campo como uma dimensão da educação popular – a educação entre pares –, a atuação exclusiva de monitores sentenciados é criticada por estudantes das unidades prisionais e também por funcionários do sistema prisional, como apontam diferentes pesquisas – incluindo esta que será apresentada a seguir.

Entre as principais críticas está a precarização do ensino, vinculada ao fato de os monitores terem formação incompatível com as responsabilidades pedagógicas, constituindo-se, em sua maioria, em pessoas que concluíram o ensino médio.

Também há observações sobre a tensão imposta às relações pessoais entre os estudantes e os monitores advindas da dificuldade de os estudantes reconhecerem a autoridade de um colega na sala de aula, sobretudo quando este possui um grau de escolaridade apenas ligeiramente superior ao seu.

Por fim, estudos recentes indicam que o processo de seleção dos monitores sentenciados está inserido nos sistemas de privilégios existentes nas unidades prisionais. Dessa forma, a escolha pode ser feita por indicação de um funcionário da área da disciplina, como forma de premiação, ou ainda por lideranças dos grupos organizados de presos instalados no interior das prisões. As duas situações influenciam negativamente a relação ensino-aprendizagem, porque o monitor é visto como um servidor do sistema de segurança seja do Estado ou de facções criminosas.

O processo de elaboração das Diretrizes para Educação nas Prisões (2005 a 2010), que reuniu gestores das áreas da educação e da execução penal de todos os estados, demonstrou uma nítida disputa sobre o espaço da prisão.

Para parte dos agentes públicos de segurança, a presença de pessoas não vinculadas ao sistema prisional – seja como funcionário seja como detento – representa uma ameaça à ordem instalada.

E, nessa perspectiva, as razões são variadas. Há o argumento do aumento de trabalho, uma vez que os agentes passam a ser responsáveis pela segurança dos docentes. As entrevistas com funcionários do sistema prisional indicam também que os profissionais se sentem preteridos em relação aos presos, uma vez que julgam receber menos atenção que os internos, público-alvo das ações empreendidas no interior das prisões.

Por fim, há uma dimensão apontada por organizações da sociedade civil que atuam no interior das prisões que indica o receio do controle social sobre a instituição. A presença de pessoas não vinculadas ao sistema traz o desconforto no olhar estranho às regras não formais sobre as quais estão assentadas as condições de organização das prisões.

Teme-se a denúncia de violações de direitos das pessoas presas, mas também o testemunho dos acordos internos para a manutenção da ordem disciplinar. Como verificado nas entrevistas com os gestores de algumas das unidades pesquisadas neste trabalho, os grupos organizados de presos têm diferentes posições sobre a presença de “estranhos” nas prisões, sendo que alguns se opõem à presença de professores “da rua” por recearem o testemunho de sua forma de atuação.

Ao lado do desafio de entrada e permanência de profissionais, também representantes do governo, mas alheios ao sistema de segurança, a educação nas prisões enfrenta os dilemas pedagógicos e curriculares.

De maneira geral, a produção acadêmica sobre educação nas prisões reclama a necessidade de serem consideradas as especificidades do encarceramento na organização do currículo e também dos materiais pedagógicos utilizados. No entanto, a concretização desse princípio ainda está por ser elaborada, e este será outro desafio para a rede estadual paulista de ensino público.

Há também o fato inédito de a educação nas prisões ser financiada com recursos governamentais específicos da área da Educação, mais precisamente o repasse por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Até o momento, as iniciativas educacionais eram gerenciadas pela Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso (Funap), inclusive nos aspectos financeiros, e a falta de verbas exclusivas para esta finalidade nos orçamentos governamentais é apontada como um dos entraves para a garantia da educação pública de qualidade no interior das prisões.

A nova configuração traz, aparentemente, uma oportunidade de oferta educacional com um mínimo de estrutura, mas também o desafio da administração partilhada de recursos financeiros entre duas instâncias do governo estadual.

A pesquisa de campo, realizada em outubro e novembro, pôde identificar o momento em que se anunciava a transição descrita. De maneira geral, funcionários e gestores apresentaram expectativas positivas em relação à presença de professores habilitados e à vinculação das unidades a escolas públicas da rede estadual de ensino.

No entanto, era evidente a falta de informação e orientação sobre as responsabilidades. Por isso, reclamava-se da falta de diálogo com as equipes das unidades. De acordo com alguns gestores, pouco das discussões produzidas no Grupo de Trabalho foi transmitido.

Registramos a incerteza sobre o papel dos monitores sentenciados na nova configuração e também tentativas de reorganização dos horários das atividades com o objetivo de atender à carga horária estabelecida para EJA.

Constatamos o empenho de alguns gestores de CDPs para construir salas de aula e biblioteca e também o desânimo de outros diante da falta de espaço físico para a construção de salas de aula.

Verificamos que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelas pessoas entrevistadas, despertou o interesse dos colegas porque, ao descrever a pesquisa, o documento citava as Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões. Alguns dos entrevistados insistiam em perguntar se era mesmo verdade que existe uma “lei” que garante educação “de verdade” nas prisões.

Esse foi o contexto em que se desenvolveu a pesquisa de campo, cujos dados estão apresentados a seguir.

Nota metodológica

Como afirmado anteriormente, este relatório sistematiza a segunda etapa da pesquisa “Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo”. Dessa forma, foram mantidos os instrumentos para coleta dos dados e a proporcionalidade da amostra em relação à população de cada uma das unidades.

Certamente os instrumentos poderiam ter sido adequados à nova conjuntura com a introdução, por exemplo, de perguntas que permitissem apreender o efeito da instituição da remição da pena pelo estudo. No entanto, isso não foi possível em virtude do processo de autorização para a realização da pesquisa nas unidades prisionais, que avaliou os instrumentos elaborados inicialmente. Introduzir alterações significaria submetê-los a novo processo de avaliação, sem qualquer estimativa de prazo.

Assim, a orientação para o grupo de pesquisa foi para que as referências sobre a remição fossem registradas para posterior utilização na análise dos dados.

Foram utilizados três modelos de questionários (ver Anexos), aplicados, respectivamente, para gestores/as das unidades, população carcerária e funcionários/as.

Seguindo o padrão da pesquisa realizada na Penitenciária Feminina de Santana, em cada uma das unidades a amostra correspondeu a 5% do total da população, conforme tabela a seguir:

Tabela I – Distribuição da amostra por unidade prisional

Unidade prisional	Número de entrevistados
Adriano Marrey	111
Parada Neto	64
CDP I GRU	98
CDP I Pinheiros	83
CDP II Pinheiros	83
CDP III Pinheiros	59
F. Butantã	36
Parelheiros	65
Total	599

A população total nestas unidades é de 11.112 pessoas. A margem de erro para essa amostra é de 3,89% em um nível de confiança de 95%. Isso quer dizer que se esse mesmo questionário fosse aplicado infinitas vezes para uma amostra desse tamanho, em 95% das vezes seria obtida uma resposta representativa da população, com um erro de 3,89% para cima ou para baixo.

A seleção da amostra variou entre as unidades. Nas penitenciárias masculinas e em três CDPs, os funcionários dessas instituições foram responsáveis pela seleção. De acordo com esse grupo, foi feito um convite geral nos diferentes raios, e a adesão à pesquisa foi voluntária, o que garantiria uma amostra aleatória.

Em um dos CDPs, a pedido da direção da unidade, a equipe de pesquisa enviou previamente um cartaz explicando a pesquisa e solicitando voluntários para participar. No dia marcado, a equipe de pesquisa ocupou as “gaiolas” e os presos foram aproximando-se espontaneamente para responder ao questionário, trabalho que foi precedido pela devida explicação, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na unidade feminina, a equipe de pesquisa contou com o apoio de um educador para circular pela unidade, solicitando a participação na pesquisa. Para garantir entrevistas com mulheres que realizam atividades externas ao longo da semana, esse trabalho foi realizado em um sábado à tarde.

A apresentação dos dados procura seguir a trajetória das entrevistas, com dados sobre o perfil da população carcerária em primeiro lugar, seguidos das informações referentes à vida escolar anterior à prisão, oportunidades e expectativas em relação à educação nas prisões e ao futuro em liberdade. No terceiro bloco são apresentadas as informações sobre o trabalho anterior à prisão e dentro dela. O quarto bloco refere-se à caracterização dos funcionários entrevistados, sua avaliação sobre educação e trabalho na prisão e, por último, suas expectativas em relação à própria formação.

Na apresentação das tabelas, a opção foi trabalhar apenas com o total de respostas às questões, não exibindo o número de não respondentes, por considerar que essa informação pode ocasionar confusões na leitura dos dados. Portanto, as proporções referem-se ao total de respondentes e não ao total da amostra.

As entrevistas com os gestores buscou caracterizar as unidades em virtude das condições físicas disponíveis para a realização das atividades educativas.

Por fim, as informações apreendidas nas entrevistas com funcionários/as foram sistematizadas em blocos temáticos que permitem estabelecer relação entre suas considerações e aquelas explicitadas pela população carcerária.

Caracterização da estrutura física das unidades

Em relação à estrutura física, foi feita a identificação em quatro penitenciárias e cinco centros de detenção provisória (CDPs), com consulta aos gestores responsáveis pelas unidades.

De acordo com os informantes, as quatro penitenciárias dispõem de espaço específico identificado como “escola”, com equipamentos e mobiliário adequados para as atividades de educação. Nos CDPs, apenas um encontrava-se nesta condição, sendo que três não possuíam equipamento escolar e uma unidade contava com salas improvisadas.

Três penitenciárias possuíam entre quatro e seis salas de aula, e uma possuía entre seis e oito. Em um dos CDPs, as salas estavam em fase final de construção e seriam entregues para o início do ano letivo; no outro, havia uma sala de aula improvisada.

As quatro penitenciárias e dois CDPs dispunham de quadra de esporte; três dessas unidades não contavam com esse equipamento.

As quatro penitenciárias também possuíam bibliotecas com mais de mil volumes, que podiam ser utilizados por toda a população, sendo que em três unidades o sistema incluía empréstimo e consulta no local e uma delas funcionava apenas para empréstimo.

Entre os quatro CDPs, três possuíam bibliotecas, sendo que em dois deles o acervo era superior a mil volumes e um entre 500 e mil. Em um deles havia menos de 100 livros. Nesse último, a população atendida era de 2.264 pessoas, e a capacidade de 768. Nessas três unidades, toda a população tinha acesso para empréstimos e consultas. Em um dos CDPs, a construção da biblioteca estava em fase final.

Nenhum dos CDPs possuía sala de informática. Esse equipamento estava disponível em apenas duas das penitenciárias, que contavam com mais de seis computadores para a utilização restrita a processos de formação, não sendo permitido o uso para entretenimento. Em uma das unidades, o acesso era restrito a estudantes matriculados na escola e, em outra, toda a população poderia ter acesso ao equipamento.

Em um dos CDPs estava sendo construída a sala de informática, mas no momento da entrevista não era possível identificar o número de computadores disponíveis.

Foi indagado aos gestores sobre a existência de outros equipamentos disponíveis para as atividades de educação, e apenas um CDP disse possuir e utilizar televisores e DVDs.

As respostas dos gestores sobre o acesso à biblioteca não corresponde às informações obtidas com a população prisional que, embora tenha indicado a importância desse equipamento e demonstrado ser o principal meio de acesso aos livros, apontaram dificuldades em chegar até as bibliotecas.

Conforme os dados citados, e como já esperado, a estrutura física dos CDPs é mais precária que a identificada nas penitenciárias. As entrevistas com os gestores evidenciou que a oferta de educação e trabalho nessas unidades depende, em grande medida, da iniciativa pessoal da equipe de funcionários.

A construção de salas de aula e biblioteca, assim como os “improvisos”, não contava com o apoio institucional da SAP, pois não havia recursos específicos para esse fim. Os acervos das bibliotecas, em alguns casos, eram constituídos por doações da Funap/SAP, mas, em outros, pela doação de particulares.

Não foi possível observar detidamente os acervos das bibliotecas das unidades, mas, conforme já apontado em outras pesquisas, nota-se a prevalência de livros religiosos e de autoajuda. Também se pôde verificar a falta de apoio profissional para a organização dos livros que, em alguns casos, se encontravam “estocados” em locais improvisados, aguardando por organização.

Quadro-síntese da estrutura destinada à Educação

Unidade	Salas de Aula	Biblioteca	Sala de Informática	Quadra de Esportes
A. Marrey	4 a 6	Mais de mil volumes	Não	Sim
Parada Neto	6 a 8	Mais de mil volumes	Sim	Sim
Parelheiros	4 a 6	Mais de mil volumes	Não	Sim
F. Butantã	4 a 6	Mais de 6 mil volumes	Sim	Sim
Pinheiros I	Não	Mais de mil volumes	Não	Sim
Pinheiros II	1 a 3	Mais de mil volumes	Em construção	Não (utiliza pátio)
Pinheiros III	Em construção	Em construção	Não	Não
Guarulhos I	Não	Menos de 100 volumes	Não	Não
V. Independência	Improvizada	500 a mil volumes	Não	Não

Perfil da população

A

população carcerária do estado de São Paulo, com 180.059 pessoas – 92,5% de homens e 7,5% de mulheres –, representava 33,8% do total nacional, conforme dados oficiais divulgados na página eletrônica do Ministério da Justiça, referentes ao ano de 2011. Desse total, 55,4% tinham menos de 29 anos; 48,6% eram negras, e 57,9% não concluíram o ensino fundamental.

Na amostra pesquisada, os entrevistados têm idade entre 18 e 62 anos. A média de idade é de 32 anos. A Tabela 2 mostra que a maioria dos entrevistados tem entre 24 e 30 anos (56%), e 71% têm até 30 anos de idade, o que indica serem ainda mais jovens que a média do estado.

Tabela 2 – Distribuição da amostra por grupo de idade

Idade	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
De 18 a 24 anos	88	15%
De 25 a 30 anos	325	56%
De 31 a 36 anos	110	19%
De 37 a 42 anos	61	10%
Total	584	100%

17

Quanto à cor, a amostra se dividiu entre negros (pardos + pretos) e brancos, com preponderância dos primeiros, sendo que 312 entrevistados (52%) se declararam pardos ou pretos e 203 (34%) brancos. A proporção de pessoas negras na amostra pesquisada é superior à média do estado (48,6%).

Confirmando outros estudos que demonstram a histórica seleção étnico-racial no encarceramento de pessoas no Brasil, este estudo demonstrou que a proporção de pessoas negras identificadas nas unidades pesquisadas era 17% superior à representação desse grupo na população paulista em geral, que era de 34%, de acordo com dados da Fundação Seade, em 2010.

Tabela 3 – Distribuição da amostra por cor

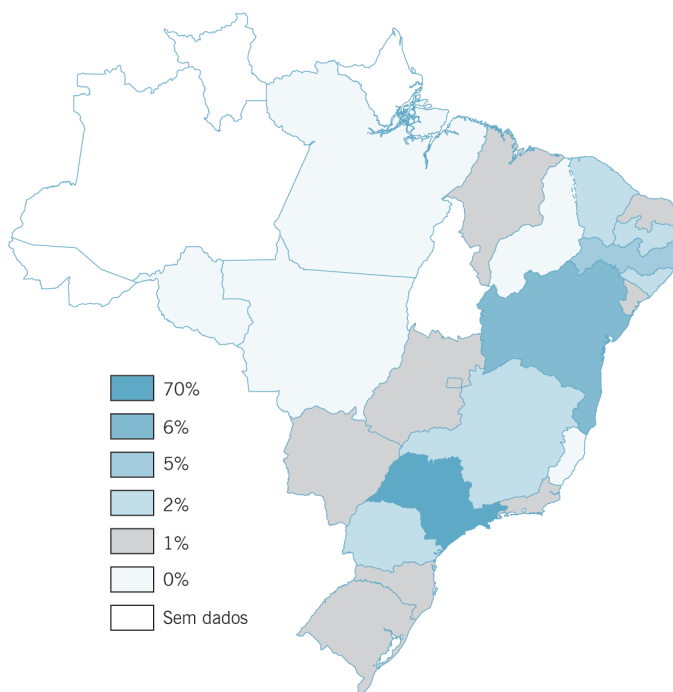
Cor	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Parda	254	42
Branca	203	34
Preta	57	10
Amarela	3	1
Indígena	3	1
Outra	78	12
Total	599	100

Quanto ao local de nascimento, 262 entrevistados (44%) nasceram na cidade de São Paulo. Os demais são naturais de outras localidades espalhadas pelo território nacional, como mostra o mapa abaixo.

Tabela 4 – Distribuição da amostra por estado de origem

Estado	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
SP	413	70
BA	36	6
PE	35	5
PR	16	2
MG	15	2
PB	14	2
AL	11	2
CE	9	2
MS	6	1
MA	5	1
RJ	4	1
SC	4	1
DF	3	1
GO	3	1
RN	3	1
RS	3	1
SE	3	1
ES	2	0
MT	2	0
PI	2	0
PA	1	0
RO	1	0
Total	591	100

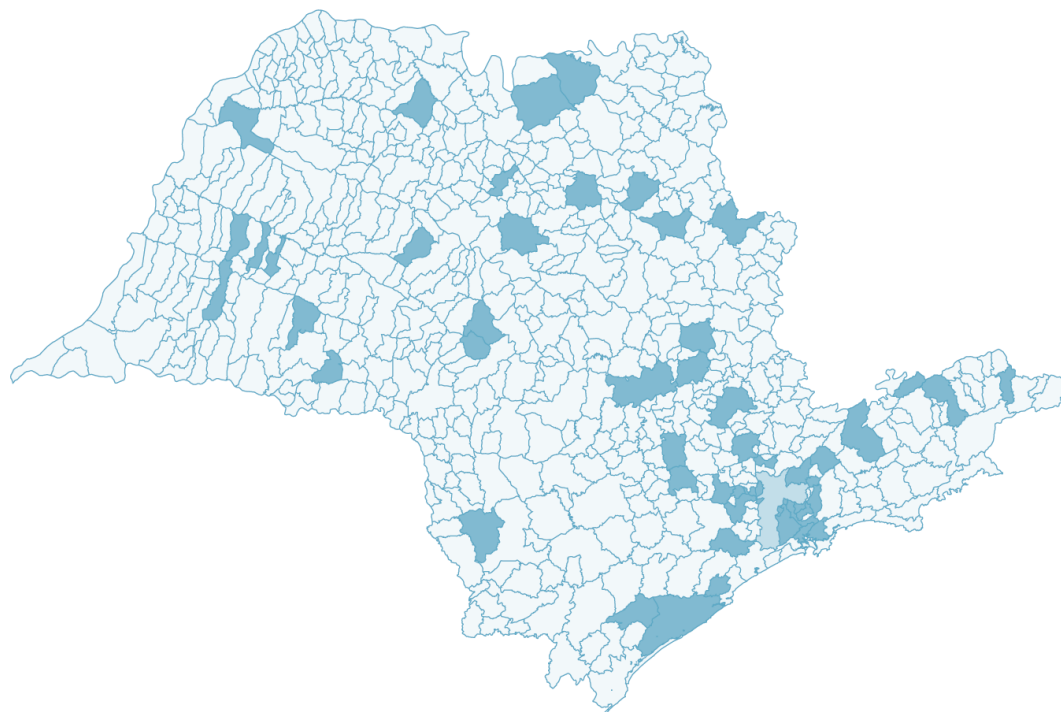
Distribuição dos entrevistados por estado de origem no Brasil



Na Tabela 4 vemos que 413 entrevistados (70%) nasceram no estado de São Paulo. Dos que não nasceram em São Paulo, a maioria veio do estado da Bahia (36), seguido por Pernambuco (35).

A figura a seguir mostra a distribuição espacial dos 413 entrevistados que nasceram no estado de São Paulo, sendo que, desse total, 262 nasceram na capital. Nota-se maior concentração na Região Metropolitana, mas a distribuição se dá por todo o estado.

Distribuição dos entrevistados que disseram ter origem no estado de São Paulo.



19

Dos que vieram de outros estados, 46 (26%) chegaram a São Paulo há dez anos ou menos, e, desse número, 19 (11%) chegaram após 2010. A idade média dos entrevistados quando chegaram a São Paulo era de 16 anos, conforme Tabelas 5 e 6.

A renda pessoal de 50% dos entrevistados antes da prisão era inferior a dois salários-mínimos. Naquele momento, a renda familiar era um pouco mais alta, e 27% estavam inseridos na faixa inferior a dois salários-mínimos, conforme as Tabelas 7 e 8.

É interessante notar que 61% das entrevistadas da penitenciária F. Butantã tinham renda inferior a dois salários-mínimos, bem abaixo daquela identificada entre os homens, confirmando os dados verificados na penitenciária de Santana, onde 70% das entrevistadas estava nessa faixa de renda.

Tabela 7 – Distribuição dos entrevistados pela renda pessoal antes da prisão

Renda pessoal antes da prisão	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Menos de 1 salário-mínimo	50	8
1 a 2 salários-mínimos	249	42
3 a 4 salários-mínimos	117	20
Mais de 5 salários mínimos	97	16
Não sabe/não respondeu	77	14
Total	590	100

Tabela 8 – Distribuição dos entrevistados pela renda familiar antes da prisão

Renda familiar antes da prisão	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Menos de 1 salário-mínimo	21	4
1 a 2 salários-mínimos	134	23
3 a 4 salários-mínimos	144	25
Mais de 5 salários mínimos	186	32
Não sabe/não respondeu	91	16
Total	576	100

Mais da metade dos entrevistados (59%) morava em casa própria, e 27% moravam em residência alugada (Tabela 9). Das moradias, 2/3 eram habitadas por quatro pessoas ou menos (Tabela 10).

Tabela 9 – Distribuição dos entrevistados por tipo de moradia

Tipo de moradia	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Própria	355	59
Alugada	160	27
Morava com parentes	55	9
Área social	23	4
Vivia na rua	6	1
Total	599	100

Tabela 10 – Número de moradores na residência do entrevistado

Número de moradores	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Nenhum	41	7
2 a 4	376	64
5 a 6	119	20
7 a 8	42	7
9 ou mais	14	2
Total	592	100

As condições de moradia em geral eram aceitáveis: 96% dos entrevistados disseram que sua casa tinha água encanada e 88% das casas estavam localizadas em ruas pavimentadas. Além disso, 98% dos entrevistados afirmaram ter ao menos um aparelho de televisão, e 31%, mais de dois televisores.

A grande maioria dos entrevistados, 70%, tem filhos, e esse índice é ainda maior entre as mulheres, sendo que 81% delas afirmaram ser mães. Considerando homens e mulheres, 61% disseram ter até dois filhos. As Tabelas 11 e 12 mostram a distribuição dos entrevistados que disseram ter filhos e a distribuição da quantidade de filhos.

Tabela 11 – Quantidade de entrevistadas que disseram ter filhos

Têm filhos	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Não	177	30
Sim	422	70
Total	599	100

Tabela 12 – Quantidade de filhos

Número de filhos	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
De 0 a 2	258	61
De 3 a 4	118	28
De 4 a 6	31	7
De 7 a 8	6	2
De 9 a 10	4	1
Mais que 10	5	1
Total	422	100

A grande maioria também morava com os filhos antes da prisão, são 285 (67%) contra 138 (33%) que não moravam, conforme Tabela 13. Mais uma vez, as mulheres destoam da média: 81% tinham filhos e 76% moravam com eles antes da prisão. O índice das mulheres que moravam com os filhos antes da prisão é bem próximo ao dos homens da Penitenciária de Parelheiros, que registrou 75% de pessoas nessa condição.

21

Tabela 13 – Distribuição das mães que moravam com seus filhos antes da prisão

Morava com filhos	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Não	138	33
Sim	285	67
Total	423	100

A idade média do filho mais velho é de 14 anos. A idade média do filho mais novo é de 6 anos, mas há grande concentração de filhos com cinco anos ou menos, conforme a Tabela 15.

Tabela 14 – Distribuição da idade do filho mais velho dos entrevistados que disseram ter filhos

Idade do filho mais velho	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
De 0 a 12 anos	232	56
De 13 a 24 anos	139	34
De 25 a 35 anos	31	7
De 36 a 47 anos	12	3
Total	414	100

Tabela 15 – Distribuição da idade do filho mais novo dos entrevistados que disseram ter filhos

Idade do filho mais novo	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
De 0 a 5 anos	129	50
De 6 a 11 anos	65	25
De 12 a 17 anos	30	12
De 18 a 22 anos	16	6
De 23 a 28 anos	15	6
De 29 a 35 anos	3	1
Total	258	100

A Tabela 16 mostra que dois terços dos entrevistados afirmaram que os filhos estudam. E a maioria, 78%, disse ter notícias de todos os filhos, conforme a Tabela 17.

Tabela 16 – Distribuição dos entrevistados que têm filhos por situação escolar dos filhos

Se o(s) filho(s) estuda(m)	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Nenhum estuda	54	14
Algum estuda	77	19
Todos estudam	269	67
Total	400	100

22

Tabela 17 – Distribuição dos entrevistados por contato com os filhos

Contato com o(s) filho(s)	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Notícia de nenhum	45	11
Notícia de algum	48	11
Notícia de todos	325	78
Total	400	100

Após a prisão do pai/mãe, a maior parte dos filhos (73%) continuou a morar ou foi morar com pai/mãe. Outros 16% foram morar com os avós. No caso das mães presas, quase metade delas deixou o filho com as avós. A pesquisa revelou que quatro crianças estão em instituições.

Tabela 18 – Com quem foram morar os filhos após a prisão

Com quem o(s) filho(s) mora(m)	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Pai/mãe	328	73
Avós	70	16
Outros	30	7
Não sabe	8	2
Tios	7	2
Instituição	4	0
Total	447	100

A maior parte dos entrevistados disse ter alguma religião. A Tabela 19 mostra que a maior parte é evangélica (43%), seguida de católicos (38%). Vale mencionar que, durante a aplicação dos questionários, os pesquisadores depararam-se com grupos de missionários evangélicos que visitavam a unidade semanalmente para trabalho de evangelização. A presença desses missionários também pôde ser verificada nos cursos de teologia ofertados. Mais adiante, veremos que é muito comum, entre os funcionários, a recorrente vinculação, estabelecida pelos funcionários, entre o interesse pelos estudos e a adesão às religiões evangélicas.

Tabela 19 – Distribuição dos entrevistados por religião

Religião	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Evangélica	254	43
Católica	225	38
Espírita	14	2
Candomblé	1	0
Umbanda	1	0
Não tem	87	14
Outra	15	3
Total	597	100

Antes da prisão, 457 (76%) dos entrevistados trabalhavam, conforme Tabela 20. O tipo de trabalho era muito variado, sendo que os dez mais citados foram: pedreiro, ajudante geral, empresário, comerciante, mecânico, motorista, garçom, cabeleireiro, comerciante e vendedor. A lista completa do tipo de trabalho se encontra nos Anexos.

Tabela 20 – Distribuição dos entrevistados por ocupação

Trabalhava antes da prisão	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Sim	457	76
Não	141	24
Total	598	100

Entre os 457 entrevistados que afirmaram trabalhar no período anterior à prisão, 426 (93%) tinham alguma profissão. Como no caso dos empregos, as profissões são muito variadas. A lista completa das profissões citadas também se encontra em arquivo anexo.

Entre os entrevistados que disseram não trabalhar, 34 (25%) estavam desempregados há mais de três anos e 39% há menos de um ano antes da prisão, conforme a Tabela 21.

Tabela 21 – Período de desemprego anterior à prisão

Tempo desempregado	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Menos de 1 ano	54	39
De 1 a 2 anos	46	33
De 2 a 3 anos	4	3
Mais de 3 anos	34	25
Total	138	100

Informações referentes à prisão

Para identificar as expectativas e trajetórias da população carcerária em relação às atividades educativas ofertadas no sistema prisional, foram elaboradas três questões pertencentes ao universo da execução penal. A primeira indagava a idade que a pessoa tinha quando foi presa, a segunda quantas vezes foi presa e a terceira o período total da pena a ser cumprida.

Embora as perguntas estivessem referenciadas no sistema prisional, as respostas abarcaram a experiência de parte da população que se viu privada de liberdade ainda na infância ou na adolescência. Assim, seis pessoas declararam ter sido “presas”, pela primeira vez, com idade entre 7 e 14 anos. Por se tratar de uma situação formalmente impossível, ainda que considerada a medida socioeducativa da internação, essas respostas não foram consideradas no conjunto da amostra.

Das 237 pessoas que afirmaram ter entre 15 e 22 anos quando da primeira “prisão”, 11 afirmaram ter menos de 18 anos na ocasião. Dessa forma, conforme a Tabela 22, 40% dos entrevistados tinham entre 15 e 22 anos, proporção que, somada às pessoas que tinham entre 23 e 30 anos, revela que 71% dos entrevistados foram presos pela primeira vez na juventude, sendo que a média de idade é de 27 anos.

Tabela 22 – Distribuição dos entrevistados pela idade quando foi preso

Idade	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
De 15 a 22 anos	237	40
De 23 a 30 anos	181	30
De 30 a 38 anos	90	15
De 39 a 45 anos	38	6
De 46 a 53 anos	23	4
De 54 a 61 anos	15	3
De 62 a 70 anos	3	1
Total	587	100

A pena mais frequente entre os entrevistados é de 4 a 6 anos de prisão (23%). A Tabela 23 evidencia também a distorção quanto à função dos CDPs. Considerando que foram feitas 323 entrevistas nestas unidades, e apenas 160 pessoas afirmaram aguardar julgamento, conclui-se que 50,5% da população que deveria estar em caráter provisório nos CDPs já cumpre sentença neles.

A informação confirma a desorganização do sistema prisional, em grande medida ocasionada pelo encarceramento em massa que superlota as unidades em geral, e as penitenciárias em particular, e torna ainda mais urgente a necessidade da oferta de educação e trabalho também nos CDPs.

Além de direitos humanos, estabelecidos em normas nacionais e internacionais, a educação e o trabalho estão determinados na Lei de Execução Penal e, efetivamente, mais da metade da população dos CDPs está cumprindo sua pena nessas instituições.

Como demonstrado anteriormente, alguns dos CDPs pesquisados estão, por iniciativa de seus gestores, ofertando possibilidades de educação e trabalho, mas ainda de forma bastante precária, sobretudo, pela falta de espaço físico para a organização de salas de aula e outros equipamentos imprescindíveis à oferta da educação.

Tabela 23 – Distribuição dos entrevistados pela quantidade da pena

Quantidade de pena	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Aguardando julgamento	160	27
De 1 a 3 anos	56	10
De 4 a 6 anos	138	23
De 7 a 10 anos	99	17
De 11 a 55 anos	59	10
De 16 a 20 anos	38	6
Mais de 20 anos	44	7
Não sabe	2	0
Total	587	100

Mais da metade dos entrevistados havia sido presa pelo menos mais uma vez antes da atual (Tabelas 24 e 25). Se considerado apenas a amostra feminina, esse índice é bastante diferente: 2/3 das mulheres entrevistadas estavam presas pela primeira vez.

Tabela 24 – Distribuição dos entrevistados por reincidência

Primeira prisão	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Sim	282	47
Não	316	53
Total	598	100

25

Tabela 25 – Distribuição dos entrevistados pela quantidade de prisões

Quantas vezes foi preso	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
1	115	36
2	92	29
3	49	15
4 ou mais	66	20
Total	322	100

Educação

Trajetória educacional anterior à prisão

A

maior parte dos entrevistados, 60%, concluiu o ensino fundamental; desses, 25% completaram o ensino médio e 2% o ensino superior. Entre os entrevistados, 4% disseram não ter nenhuma escolaridade (Tabela 26). Note-se que a escolaridade da amostra pesquisada é bastante superior à média identificada para a população carcerária do estado de São Paulo, para a qual o ensino fundamental não foi concluído por 60,5% das pessoas, e apenas 11% concluíram o ensino médio. O único índice similar entre a amostra pesquisada e a média paulista é aquele referente a pessoas somente com o ensino fundamental completo: 16%.

Tabela 26 – Distribuição dos entrevistados por grau de escolaridade

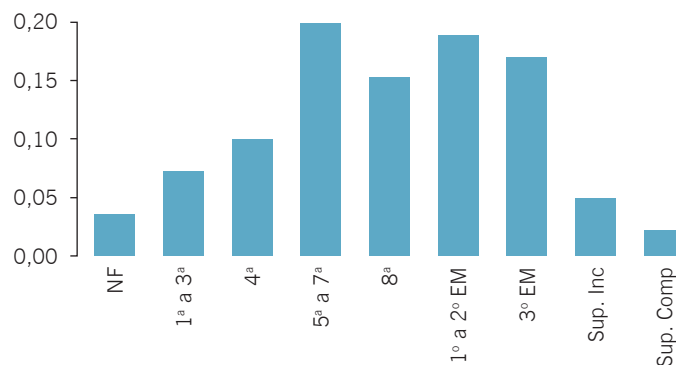
Escolaridade	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Não frequentou	21	4
1ª a 3ª série	39	7
4ª série	58	10
5ª a 7ª série	125	21
8ª série	93	16
1ª a 2ª séries ensino médio	116	19
3ª série ensino médio	106	18
Superior incompleto	27	5
Superior completo	12	2
Total	597	100

27

A distribuição da escolaridade pelas unidades pesquisadas indica perfis diferentes entre elas. Na Penitenciária Masculina Parada Neto e no CDP II Pinheiros, mais da metade da população não concluiu o ensino fundamental, com, respectivamente, 61% e 59% dos entrevistados nessa situação.

O CDP III Pinheiros tem a população com a maior escolaridade, sendo que 85% dela concluiu ao menos o ensino o fundamental. A Penitenciária Feminina do Butantã, por sua vez, tem o maior índice de pessoas com ensino superior completo, 6%, proporção muito superior à média do estado, que é de 0,5%.

Distribuição dos entrevistados por escolaridade



A Tabela 27 mostra que o ensino médio foi concluído pelas pessoas mais jovens e, inversamente, há maior concentração de pessoas mais velhas entre os que não concluíram o ensino fundamental.

Tabela 27 – Distribuição dos entrevistados por escolaridade e idade

Escolaridade	Idade (em anos)			
	18 a 24	25 a 30	31 a 36	37 a 42
Não frequentou	5%	3%	4%	5%
1ª a 3ª série	8%	4%	6%	13%
4ª série	8%	10%	11%	7%
5ª a 7ª série	19%	20%	25%	18%
8ª série	14%	16%	18%	10%
1ª a 2ª séries EM	18%	22%	15%	20%
3ª série EM/vestibular	22%	19%	13%	18%
Superior incompleto	5%	4%	5%	7%
Superior completo	1%	2%	3%	2%
Total	100%	100%	100%	100%

A distribuição da escolaridade conforme a cor mostra que os brancos são mais escolarizados que os pardos. As linhas na Tabela 28 mostram a proporção de entrevistados de cada cor por nível de escolaridade. Se os grupos de cor tivessem o mesmo nível de escolaridade, os dados percentuais de cada linha deveriam apresentar números bem próximos entre si. No entanto, não é o que acontece. Cresce a participação de brancos conforme aumenta o nível de escolaridade e, com os pardos, ocorre exatamente o contrário.

No ensino superior, temos 75% de brancos, uma proporção 21% maior do que sua participação na população entrevistada. Já entre aqueles que têm apenas o primeiro ciclo do fundamental, preponderam os pardos com 52%, 9% acima da média de sua participação na população entrevista. A distribuição da escolaridade entre os pretos está mais próxima da média de sua participação na população entrevistada do que entre os pardos.

Tabela 28 – Distribuição dos entrevistados por escolaridade e cor

Escolaridade	Cor						Total
	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Outra	
Não frequentou	0%	19%	5%	42%	5%	29%	100%
1ª a 3ª série	0%	18%	0%	41%	15%	26%	100%
4ª série	0%	26%	2%	52%	9%	12%	100%
5ª a 7ª série	0%	36%	0%	44%	8%	12%	100%
8ª série	1%	27%	1%	42%	13%	16%	100%
1ª a 2ª série EM	1%	35%	0%	42%	9%	13%	100%
3ª série EM/ vestibular	0%	41%	0%	42%	10%	7%	100%
Superior incompleto	4%	52%	0%	33%	4%	7%	100%
Superior completo	0%	75%	0%	17%	0%	8%	100%
Total	1%	34%	1%	43%	10%	11%	100%

A distribuição da escolaridade pela religião mostra que os espíritas e ateus são aqueles com maior escolaridade, enquanto católicos têm maior concentração nos níveis mais baixos e os evangélicos nos níveis intermediários de escolaridade, conforme Tabela 29.

Tabela 29 – Distribuição dos entrevistados por escolaridade e religião

Escolaridade	Religião							Total
	Candomblé	Católica	Espírita	Evangélica	Outra	Umbanda	Não tem	
Não frequentou	0%	48%	0%	43%	4%	0%	5%	100%
1ª a 3ª séries	0%	49%	3%	43%	0%	0%	5%	100%
4ª série	0%	40%	0%	50%	3%	0%	7%	100%
5ª a 7ª série	1%	30%	0%	50%	1%	1%	17%	100%
8ª série	0%	42%	1%	38%	13%	0%	16%	100%
1ª a 2ª série EM	0%	38%	3%	35%	3%	0%	20%	100%
3ª série EM/vestibular	0%	38%	6%	42%	3%	0%	11%	100%
Superior incompleto	0%	33%	0%	48%	0%	0%	19%	100%
Superior completo	0%	33%	17%	25%	0%	0%	25%	100%
Total	0%	38%	2%	42%	3%	0%	15%	100%

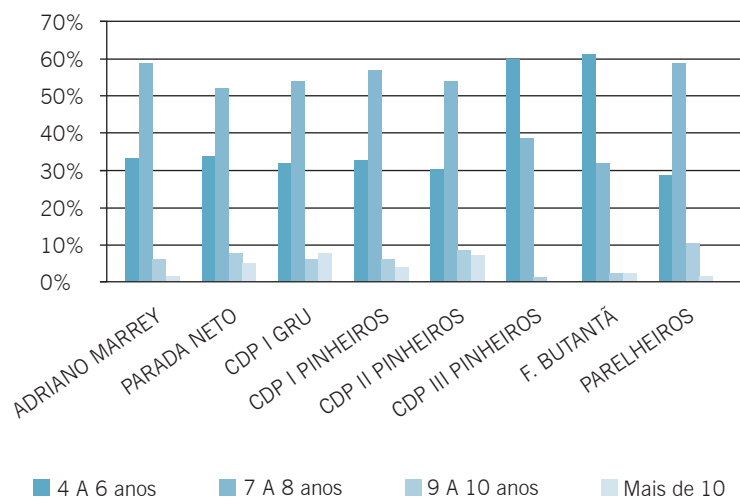
Metade dos entrevistados começou a estudar entre 7 e 8 anos de idade, e 37% deles ingressaram na escola com idade entre 4 e 6 anos, como pode ser visto na Tabela 30.

Tabela 30 – Idade em que iniciou os estudos

Idade	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
De 4 a 6 anos	212	37
De 7 a 8 anos	300	52
De 9 a 10 anos	38	7
Mais de 10 anos	22	4
Total	572	100

Considerando cada unidade pesquisada, nota-se que no CDP III Pinheiros e na Penitenciária Feminina do Butantã cerca de 60% da população foi à escola entre 4 e 6 anos. Já na Penitenciária Masculina de Parelheiros encontramos o maior índice de detentos que começaram a frequentar a escola depois da idade esperada: 10% ingressaram com mais de 10 anos.

Início dos estudos



A idade em que iniciou os estudos tem influência no nível de escolaridade, como podemos verificar na Tabela 31. Enquanto 56% dos que começaram a estudar entre 4 e 6 anos completaram o ensino fundamental, essa proporção caiu para 44% entre aqueles que começaram a estudar com 7 ou 8 anos, para 22% entre aqueles que começaram a estudar entre 9 e 10 anos e para 14% entre aqueles que começaram a estudar depois dos 10 anos. Dos 39 entrevistados com nível superior, 29 (74%) começaram a estudar com idade entre 4 e 6 anos.

30

Tabela 31 – Distribuição dos entrevistados por escolaridade e idade em que iniciou os estudos

Escolaridade	Idade em que começou os estudos (em anos)				Não anotado
	4 a 6	7 a 8	9 a 10	Mais de 10	
Não frequentou	0%	0%	3%	0%	80%
1ª a 3ª série	3%	6%	24%	23%	4%
4ª série	5%	11%	24%	18%	4%
5ª a 7ª série	18%	23%	26%	23%	4%
8ª série	17%	16%	3%	23%	4%
1ª a 2ª série EM	22%	20%	11%	14%	4%
3ª série EM/vestibular	21%	20%	11%	0%	0%
Superior incompleto	9%	3%	0%	0%	0%
Superior completo	5%	1%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	102%	101%	100%

Como esperado, a escolaridade tem influência no nível de renda. Enquanto entre aqueles que tinham renda pessoal abaixo de um salário-mínimo, 72% não completaram o ensino fundamental, esse índice cai para 32% entre os que têm renda maior que cinco salários-mínimos. Esses dados são apresentados na Tabela 32.

No entanto, conforme demonstrado anteriormente, as mulheres tinham rendimentos inferiores aos dos homens, embora registrem o maior percentual com ensino superior completo.

Tabela 32 – Distribuição dos entrevistados por escolaridade e renda.

Renda pessoal em salários mínimos					
Escolaridade	Menos de 1	1 a 2	3 a 4	Mais de 5	Não sabe/não respondeu
Não frequentou	10%	5%	3%	1%	3%
1ª a 3ª séries	10%	7%	5%	3%	15%
4ª série	14%	11%	8%	8%	13%
5ª a 7ª série	38%	20%	21%	20%	21%
8ª série	5%	15%	18%	13%	21%
1ª a 2ª séries EM	19%	24%	21%	17%	16%
3ª série EM/vestibular	0%	14%	22%	26%	8%
Superior incompleto	5%	2%	2%	8%	3%
Superior completo	0%	1%	1%	4%	0%
Total	101%	99%	102%	101%	100%

A Tabela 33 mostra que dois terços dos entrevistados afirmaram ter repetido o ano.

Tabela 33 – Distribuição dos entrevistados que repetiram ou não algum dos anos

Repetente	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Não	186	32
Sim	395	68
Total	581	100

Mais de 50% dos entrevistados declararam ter feito algum curso profissionalizante, conforme a Tabela 34. Os três cursos mais citados foram os de informática (60 citações), panificação (6 citações) e cabeleireiro (5 citações). A lista completa dos cursos se encontra em arquivo anexo.

Embora a pesquisa não tenha investigado a passagem da população entrevistada pela Fundação Casa, durante debate sobre a versão preliminar deste relatório, Daniela Schoeps, educadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), alertou que informática e panificação eram dois cursos ofertados naquela instituição, o que poderia indicar que parte considerável dos entrevistados fosse egressa da Fundação.

A possibilidade foi reforçada pela afirmação, espontânea, de alguns entrevistados sobre sua privação de liberdade antes dos 18 anos, apresentada anteriormente.

É preciso investigar, em futuras pesquisas, a relação entre a elevação da escolaridade e acesso a cursos profissionalizantes verificados neste estudo, e a trajetória de institucionalização desde a adolescência.

Tabela 34 – Se fez algum curso profissionalizante

Fez curso profissionalizante	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Não	279	47
Sim	320	53
Total	599	100

Trajatória educacional na prisão

As perguntas formuladas referentes à educação na prisão buscaram identificar as possibilidades e limites da participação em atividades educativas diversas, incluindo os cursos de artes manuais, música e dança e os profissionalizantes. Portanto, as informações levantadas não se referem apenas às atividades vinculadas à elevação da escolaridade.

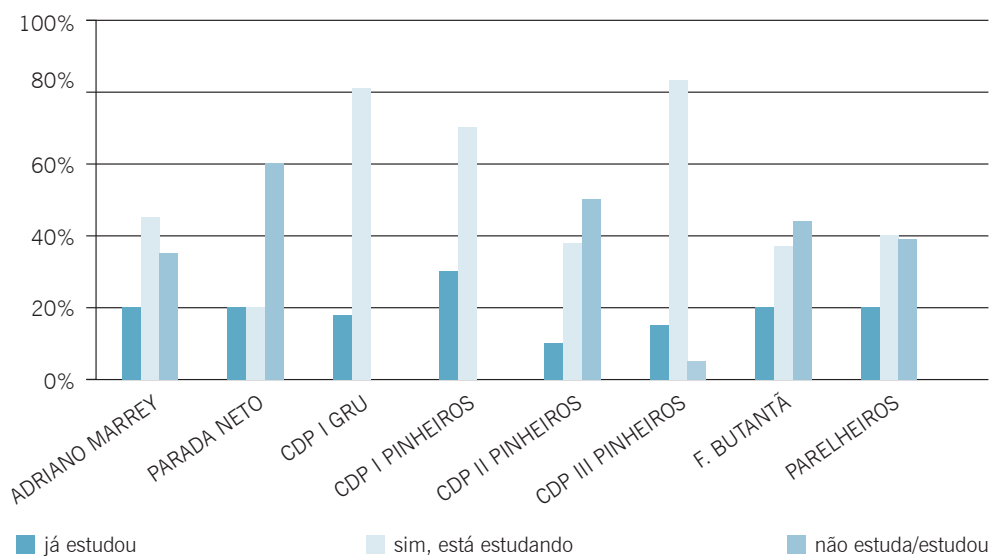
Conforme a Tabela 35, 313 entrevistados (53%) nunca estudaram na prisão. Dos 273 que estudaram, 160 (27%) estavam estudando no momento da entrevista e 19% já tinham estudado, o que significa que 46% afirmaram já ter estudado no ambiente prisional.

A proporção de pessoas estudando na amostra pesquisada era mais de três vezes superior à média do estado de São Paulo, que indica apenas 8% da população carcerária estudando. O índice também era superior àquele verificado na Penitenciária Feminina de Santana, onde 11% das mulheres estavam estudando no momento da pesquisa.

Tabela 35 – Distribuição dos entrevistados por estudo na prisão

Estuda ou estudou na prisão	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Já estudou	113	19
Está estudando	160	27
Não estuda/não estudou	313	54
Total	586	100

Situação dos estudos



Consideradas cada uma das unidades, verifica-se que o CDP III Pinheiros e o CDP de Guarulhos tinham os maiores índices de pessoas que nunca estudaram na prisão, com, respectivamente, 86% e 81% de sua população nessa condição. Essas unidades não ofereciam atividades educativas, alegando falta de espaço físico adequado. Portanto, os cerca de 20% que já haviam estudado na prisão o fizeram em outras unidades.

Chamou a atenção o fato de haver mais pessoas estudando no CDP II Pinheiros do que em três penitenciárias. Essa situação indicou, mais uma vez, a inexistência de especificidades que pudessem inviabilizar a oferta de educação e trabalho nos CDPs. Efetivamente, o único limite identificado nesta pesquisa foi o espaço físico, em virtude da superlotação das unidades.

A Tabela 36 cruza os dados relativos ao estudo na prisão com a duração da pena. Esse cruzamento nos mostra que quanto maior a pena, maior a proporção de entrevistados que disse estudar ou ter estudado na prisão. Um grupo discrepante era os dos indivíduos com pena entre 7 e 10 anos, que tem um contingente muito superior ao esperado de pessoas que não estudaram e nem estavam estudando, chegando a 72%.

Note-se também que, entre os que nunca estudaram, a proporção de pessoas com penas entre 1 e 3 anos era ligeiramente superior àquela das pessoas que ainda aguardavam o julgamento.

Tabela 36 – Distribuição dos entrevistados por estudo na prisão e duração da pena

Quantidade de pena	Já estudou	Está estudando	Não estuda/não estudou	Total
Aguardando julgamento	17%	30%	53%	100%
De 1 a 3 anos	15%	31%	54%	100%
De 4 a 6 anos	21%	37%	41%	100%
De 7 a 10 anos	17%	11%	72%	100%
De 10 a 15 anos	25%	37%	39%	100%
De 16 a 20 anos	21%	50%	29%	100%
Mais de 20 anos	34%	18%	48%	100%
Não sabe	0%	0%	100%	100%
Total	19%	27%	53%	100%

A maior propensão a estudar está entre aqueles com menor escolaridade. A Tabela 37 mostra que 81% dos que não frequentaram a escola e 77% dos que só cursaram até a 3ª série já estudaram ou estavam estudando na prisão. Essa proporção vai caindo até chegar a 28% entre aqueles que completaram o ensino médio, conforme a Tabela 37.

Tabela 37 – Distribuição dos entrevistados conforme estudo na prisão e escolaridade

Escolaridade	Já estudou	Está estudando	Não estuda/não estudou	Total
Não frequentou	5%	76%	19%	100%
1ª a 3ª séries	26%	51%	23%	100%
4ª séries	31%	38%	31%	100%
5ª a 7ª séries	15%	37%	48%	100%
8ª série	25%	18%	57%	100%
1ª a 2ª séries EM	18%	20%	62%	100%
3ª série EM/vestibular	15%	13%	72%	100%
Superior incompleto	22%	15%	64%	100%
Superior completo	0%	17%	83%	100%
Total	19%	27%	53%	100%

A busca da elevação da escolaridade como forte indutora para estudar na prisão parece ser confirmada pelas informações das Tabelas 38 e 39. Elas demonstram que 39% dos entrevistados afirmaram já ter feito algum curso na prisão e que, neste grupo, 74% participaram da preparação para os exames de certificação promovidos pela Funap. Os cursos profissionalizantes surgiram em segundo lugar, com 15%, e, entre os mais citados, estava o de informática, seguido pelos de pedreiro e eletricista.

Tabela 38 – Distribuição dos entrevistados por participação em cursos na prisão

Se fez curso na prisão	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Sim	233	39
Não	366	61
Total	599	100

Considerando cada uma das unidades, chama a atenção o elevado índice de pessoas no Presídio Masculino Adriano Marrey que nunca fizeram cursos na prisão: 52%. É a maior proporção entre as penitenciárias, e também em relação ao CDP II Pinheiros, onde 46% das pessoas nunca fizeram cursos.

Se fez curso na prisão

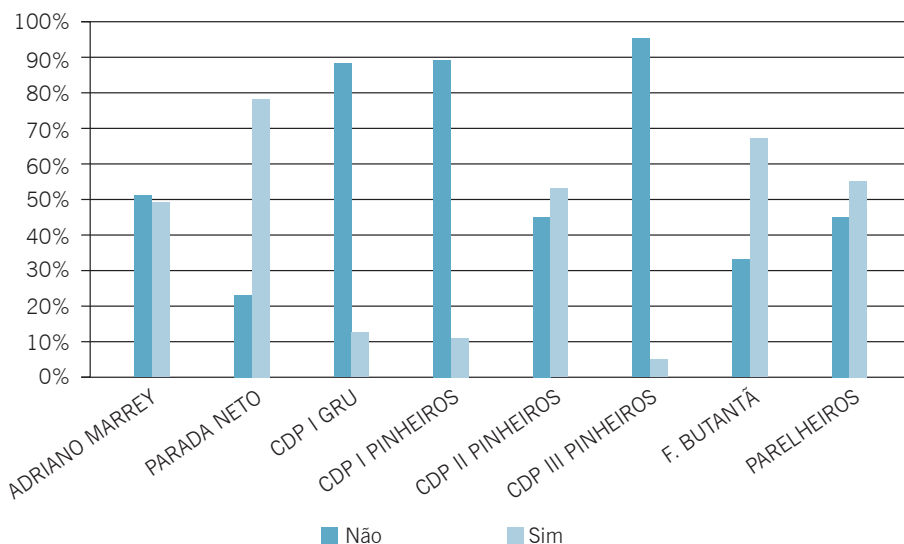


Tabela 39 – Distribuição dos entrevistados por tipo de curso na prisão

Tipo de curso	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Certificação	173	74
Profissionalizante	36	14
Artesanato	13	6
Dança	6	3
Leitura	4	2
Música	2	1
Total	234	100

Nota-se uma aparente discrepância entre o total de pessoas que afirmaram estudar ou já ter estudado (46%) e aquelas que afirmaram já ter feito algum curso na prisão (39%). Uma interpretação possível é o fato de muitas pessoas considerarem “estudo” apenas as atividades identificadas com a escolarização, ou seja, a preparação para os exames de certificação, o que elevaria ainda mais a proporção de pessoas participando dessa categoria de curso.

No entanto, a questão referente ao tipo de curso que os entrevistados gostariam de frequentar coloca os profissionalizantes no topo das preferências (56%), seguidos da combinação dessa formação com a escolar (35%); do total, 9% afirmaram se interessar apenas por matérias escolares (Tabela 40).

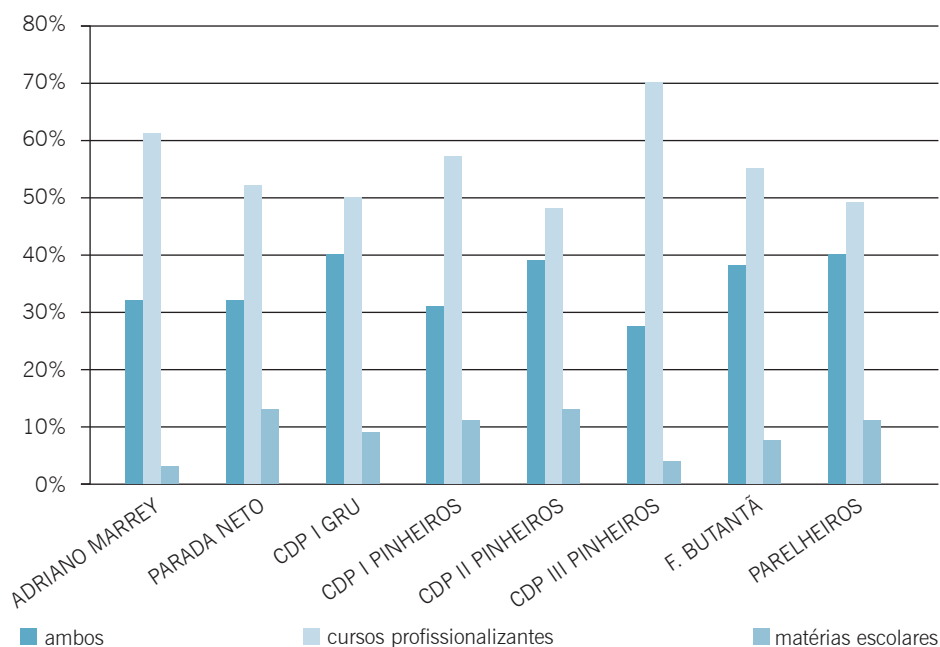
Tabela 40 – O que os entrevistados gostariam de aprender na prisão

O que gostaria de aprender	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Cursos profissionalizantes	312	56
Ambos	199	35
Matérias escolares	51	9
Total	562	100

A combinação desses resultados demonstrou a reduzida oferta, no conjunto das unidades pesquisadas, de cursos profissionalizantes ou outros cursos inseridos no campo da educação não formal.

Nesse caso, a intensa presença das pessoas com baixa escolaridade nas atividades ofertadas não era apenas uma questão de necessidade, mas de falta de opção para aquelas que já concluíram a educação básica.

Curso que gostaria de frequentar



O CDP III Pinheiros tinha a maior quantidade de pessoas que desejavam fazer exclusivamente cursos profissionalizantes (70%), e também o menor índice daquelas que queriam apenas matérias escolares (4%) ou a combinação das duas possibilidades (27%).

Esses dados devem ser considerados juntamente com o fato de a população dessa unidade ter os mais elevados níveis de escolaridade, com 47% das pessoas já com o ensino médio completo.

Esse cenário indica um duplo desafio na formulação do programa paulista de educação nas prisões. De um lado, persiste o desafio de garantir a educação básica; de outro, há significativa parcela da população carcerária que, tendo já concluído esse nível, tem a expectativa da profissionalização, ainda que sem perspectivas evidentes sobre cursos ou carreiras a serem seguidos.

A lista dos cursos citados como aqueles que seriam frequentados preferencialmente é bastante variada e contém cursos profissionalizantes, mas também de arte-educação, educação para cidadania, direitos humanos, entre outros (ver Anexos). Assim como apontado em outras pesquisas e nas considerações dos funcionários apresentadas mais adiante, a população carcerária deseja elevar sua escolaridade, mas também possui expectativas em relação à possibilidade de desenvolver outras dimensões de sua formação pessoal.

É notável que o curso mais citado, com sete indicações, seja o de teologia, seguido por informática, com três citações, e diversos outros, com uma ou duas indicações. A lista reproduz cursos já ofertados em algumas unidades, o que aponta para a insuficiência de sua oferta; e também acrescenta uma variedade de possibilidades, em diferentes campos.

O perfil da população carcerária quanto à idade, trajetória escolar e expectativas em relação ao trabalho indica a necessidade de considerar os estudos sobre juventude para a compreensão das necessidades e anseios deste grupo em relação à sua formação.

Quem participa

A distribuição da situação de estudo por cor é assustadora e aponta a seleção étnico-racial no acesso à educação na prisão, no interior da seleção étnico-racial para estar na prisão. Conforme citado anteriormente, as pessoas negras são maioria no sistema prisional e apresentam os níveis mais baixos de escolarização, o que as tornaria, potencialmente, o maior público das atividades educativas.

No entanto, a Tabela 41 demonstrou justamente o inverso: 67% dos pretos não estudavam, enquanto esse número caía para 55% entre os pardos e 49% entre os brancos. Os dados indicaram que, quanto mais escura a cor da pele, menores são as chances de participar das atividades educativas ofertadas.

Tabela 41 – Distribuição dos entrevistados por estudo e cor

Cor	Se estuda na prisão			Total
	Já estudou	Está estudando	Não estuda/não estudou	
Amarela	33%	33%	34%	100%
Branca	22%	30%	48%	100%
Indígena	0%	33%	67%	100%
Parda	20%	25%	55%	100%
Preta	12%	21%	67%	101%
Outra	17%	34%	49%	100%
Total	20%	27%	53%	100%

O acesso à informação sobre as atividades educativas aconteceu, para 43% das pessoas que estudam ou estudaram na prisão, por meio de colegas. Um terço ficou sabendo por meio de funcionários e apenas 14% por meio de cartaz, conforme a Tabela 42.

Esses dados variaram conforme a unidade, como pode ser observado na Tabela 43. Na Penitenciária Feminina do Butantã imperava os cartazes; em Parelheiros, a informação dos colegas era a fonte quase exclusiva de informação sobre os cursos. Nos CDPs, prevalecia a informação de funcionários, com exceção do CDP II Pinheiros, onde predominava a informação de colegas.

Tabela 42 – Acesso à informação sobre atividades educativas, para quem estuda ou estudou

Como soube	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Informação dos colegas	116	43
Informação de funcionários	89	33
Cartaz	39	14
Outro	27	10
Total	271	100

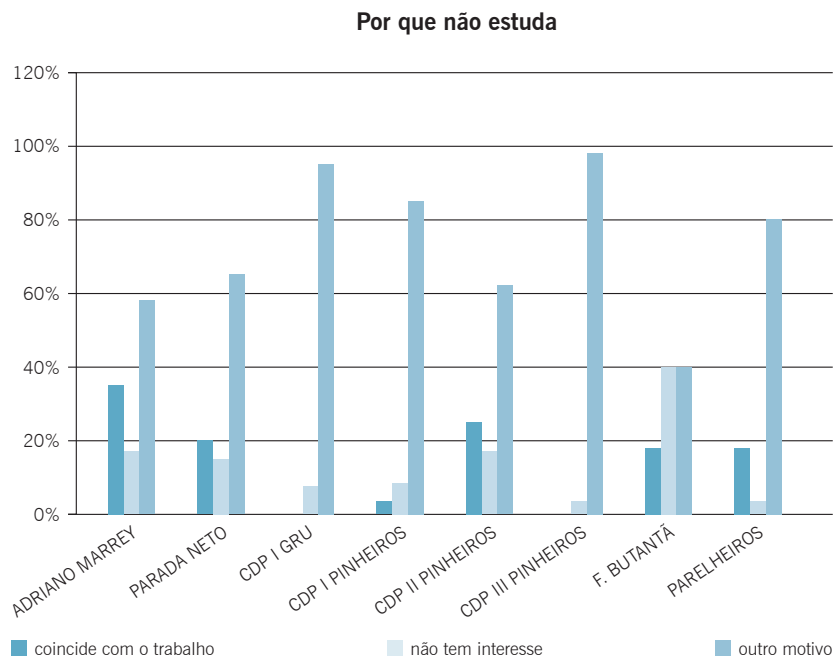
Tabela 43 – Acesso à informação sobre atividades educativas em relação à unidade

Como se informou sobre o curso na prisão					
Unidade	Cartaz	Informação de funcionários	Informação de colegas	Outro	Total
Adriano Marrey	27%	18%	39%	16%	100%
Parada Negro	13%	38%	37%	12%	100%
CDP I GRU	0%	50%	31%	19%	100%
CDP I Pinheiros	0%	58%	38%	4%	100%
CDP II Pinheiros	2%	33%	61%	4%	100%
CDP III Pinheiros	0%	78%	22%	0%	100%
F. Butantã	54%	29%	0%	17%	100%
Parelheiros	8%	15%	72%	5%	100%
Total	14%	33%	43%	10%	100%

Quanto às pessoas que nunca estudaram, 75% delas sabiam que havia escola na prisão. O motivo para não estudarem era, em 16% dos casos, a coincidência com o horário de trabalho e, para outros 10%, falta de interesse, conforme a Tabela 44.

Tabela 44 – Distribuição dos entrevistados que nunca estudaram segundo motivo para não estudar

Por que não frequenta	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Coincide com o trabalho	38	16
Não tem interesse	24	11
Outro motivo	169	73
Total	231	100



A Penitenciária Masculina Adriano Marrey tem o maior índice de pessoas que não estudam em virtude da coincidência de horário com o trabalho (33%). Apenas na Penitenciária Feminina do Butantã a falta de interesse como motivo para não estudar é superior à coincidência de horários, empatando inclusive com os “outros motivos”, a causa mais frequente em todas as unidades.

A lista dos “outros motivos” era bastante variada, com grande incidência sobre questões pessoais e o fato de não haver cursos compatíveis com interesses ou grau de escolaridade.

Também para quem participava das atividades educativas, as motivações são variadas. Gostar de aprender foi o estímulo mais citado (24%), seguido pelo desejo de continuar os estudos (22%) e de ocupar o tempo (18%), conforme Tabela 45.

É interessante contrapor essas respostas à avaliação dos funcionários em relação ao interesse da população carcerária sobre os estudos. Para os profissionais, ocupar o tempo era a principal motivação da população carcerária.

Tabela 45 – Distribuição dos entrevistados que estudam ou estudaram pelo motivo que os levou a estudar

Por que não estuda/estudou	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Gostar de aprender	97	24
Continuar os estudos	88	22
Ocupar o tempo	72	18
Conseguir emprego	50	13
Remição	48	12
Aprender a ler e a escrever	24	6
Para esquecer	16	4
Ganhar respeito dos funcionários	3	1
Total	398	100

Como em outras pesquisas, a coincidência entre os horários das atividades educativas e das oficinas de trabalho foi apontada como o motivo para o abandono dos estudos por 23% dos entrevistados. No entanto, diferentemente de outras, nessa pesquisa essa motivação estava muito próxima, percentualmente, da inexistência de curso, vagas ou oferta de curso no nível desejado, apontada como o principal motivo por 20% dos que pararam de estudar.

Também foram muito citadas as transferências e a conquista da liberdade, indicando a inexistência de condições ou estímulo para a continuidade dos estudos em unidades prisionais diferentes ou fora das prisões (Tabela 46).

Tabela 46 – Distribuição dos entrevistados segundo o motivo para abandonar os estudos

Por que parou os estudos	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Trabalho	25	23
Falta de vaga	22	20
Transferência	19	18
Liberdade	18	17
Conclusão dos estudos	9	8
Baixa qualidade	7	6
Outras respostas	5	5
Outras atividades	3	3
Total	108	100

Embora 72% dos entrevistados não estudassem ou tivessem parado de estudar, 86% deles afirmaram que gostariam de estudar, conforme Tabela 47.

Tabela 47 – Distribuição dos entrevistados que não estudam por desejo de estudar

Se gostaria de estudar	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Sim	375	86
Não	61	15
Total	436	100

Conforme apontado na caracterização das unidades, a biblioteca era indicada entre os equipamentos destinados à educação, sendo que, em alguns casos, era a única atividade educativa existente. Os funcionários também citaram frequentemente a importância das bibliotecas para a população carcerária, e a leitura, sobretudo, a literatura produzida por egressos, como uma atividade essencial à vida na prisão.

Entre os entrevistados, 56% disseram gostar muito de ler, índice que somado àqueles que gostavam “moderadamente” de ler, totalizava 82% de pessoas que apreciavam a leitura. A pergunta também evidenciou a persistência do analfabetismo entre a população prisional (2%), conforme a Tabela 48.

Tabela 48 – Distribuição dos entrevistados por gosto pela leitura

Se gosta de ler	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Muito	334	56
Moderadamente	154	26
Pouco	68	11
Não gosta	28	5
Não sabe ler	13	2
Total	597	100

A maior parte dos entrevistados conseguia os livros na biblioteca das unidades ou por presentes de visitas, somando um percentual 71% dos meios pelos quais se conseguiam livros. Trinta entrevistados (5%) disseram ser difícil conseguir livros, conforme a Tabela 49.

Tabela 49 – Modo como as entrevistadas que costumam ler conseguem seus livros

Como consegue os livros	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Biblioteca da unidade	224	40
Presente das visitas	172	31
Mais de um meio	59	11
Empréstimo de colegas	50	9
Outros	25	4
Tem dificuldade em conseguir	30	5
Total	560	100

Trabalho na prisão

C

omo apontado anteriormente, o principal motivo da evasão ou não frequência às atividades educacionais é a coincidência de horários com as oficinas de trabalho. Pouco mais de um quarto dos entrevistados (27%) trabalha na prisão, conforme a Tabela 50.

Tabela 50 – Distribuição dos entrevistados por situação de ocupação na prisão

	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Trabalha na prisão	161	27
Não trabalha na prisão	436	73
Total	597	100

Ao contrário do que acontece na oferta de educação, a proporção de pessoas trabalhando identificada nesta pesquisa é igual àquela verificada para toda a população carcerária do estado de São Paulo: 26,7%.

Os CDPs apresentam os índices mais baixos de acesso ao trabalho, com exceção do CDP II de Pinheiros. A Penitenciária Feminina do Butantã registra a maior porcentagem de pessoas trabalhando – 50%, conforme a Tabela 51.

41

Tabela 51 – Distribuição dos entrevistados por situação de ocupação na prisão e unidade

Unidade	Trabalha na prisão (%)	
	Não	Sim
Adriano Marrey	63	37
Parada Neto	73	27
CDP I GRU	94	6
CDP I Pinheiros	93	7
CDP II Pinheiros	63	37
CDP III Pinheiros	78	22
F. Butantã	50	50
Parelheiros	54	46
Total	73	27

Embora o trabalho tenha sido invocado para justificar o fato de não estar estudando, apenas 27% dos que não estudavam estavam trabalhando. Já a proporção dos que disseram já ter estudado e estar trabalhando é de 42%. A maior proporção dos que não trabalham está entre os que estudam (83%), o que indica haver incompatibilidade entre estudo e trabalho na prisão, conforme a Tabela 52.

Tabela 52 – Distribuição dos entrevistados que disseram trabalhar na prisão pela situação de estudo na prisão

Situação de estudo na prisão	Trabalha na prisão (%)	Não trabalha na prisão (%)
Está estudando	17	83
Já estudou	42	58
Nunca estudou	27	73

O tipo de atividade exercida pelos entrevistados se divide quase igualmente entre oficina de empresas, atividades da Funap e serviços de limpeza, conforme a Tabela 53.

Tabela 53 – Distribuição dos entrevistados que trabalham por tipo de atividade

Tipo de atividade	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Oficina de empresa	28	17,5
Funap	28	17,5
Serviço de limpeza	25	15,5
Cozinha	13	8
Administração	7	4,5
Outros	60	37
Total	161	100

42

O tipo de atividade exercida no trabalho na prisão é muito diversificado. A principal atividade dos entrevistados é a de torneiro mecânico, seguida de monitor, artesão, faxina e metalúrgico. A lista completa das atividades exercidas pelas entrevistadas que trabalham se encontra em um dos anexos ao final deste relatório.

O acesso ao trabalho não tem critérios definidos e a maneira pela qual cada entrevistado conseguiu a vaga é bastante variada, compondo uma lista extensa, também apresentada nos anexos. O modo mais usual de se conseguir uma vaga, com oito indicações, é a “seleção”, seguida por “convite”, “indicação” e “nome na lista”, com três citações.

A Tabela 54 mostra que quase a totalidade dos entrevistados que trabalham realiza seu turno nos períodos da manhã e da tarde, o que, efetivamente, impede sua participação nas atividades educativas, como apontado anteriormente.

Tabela 54 – Período de trabalho dos entrevistados que trabalham na prisão

Horário de trabalho	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Manhã e tarde	91	97
Apenas de manhã	1	1
Apenas à tarde	1	1
Apenas à noite	1	1
Total	94	100

A maior parte dos entrevistados que trabalham (39%) recebe entre meio e um salário-mínimo (SM) outros 37% recebem entre um quarto e meio e 23% disseram trabalhar sem remuneração, conforme a Tabela 55.

Tabela 55 – Remuneração dos entrevistados que trabalham na prisão

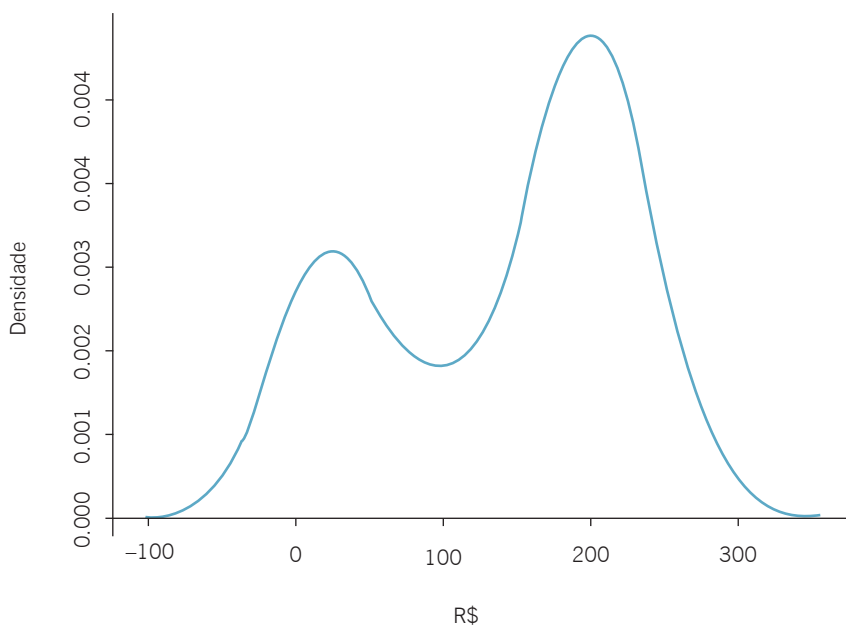
Remuneração (em salários mínimos)	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
De ¼ a ½	34	37
De ½ a 1	36	39
Mais de 1	1	1
Sem remuneração	21	23
Total	92	100

A Tabela 56 mostra que em dois terços dos casos há desconto na remuneração dos entrevistados que trabalham. O desconto médio é de R\$ 140,00, sendo que o mínimo descontado é de R\$ 1,00 e o máximo, de R\$ 250,00, como podemos ver no gráfico a seguir.

Tabela 56 – Distribuição dos entrevistados que trabalham conforme presença de desconto na remuneração

Há desconto na remuneração?	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Sim	51	66
Não	14	18
Não sabe	12	16
Total	77	100

Distribuição dos valores dos descontos na remuneração dos entrevistados que trabalham



Como já apontado em pesquisas anteriores, e também por funcionários entrevistados neste trabalho, verifica-se desinformação por parte da população carcerária sobre sua remuneração e, principalmente, a respeito dos descontos.

De acordo com o inciso I do artigo 3º da Resolução SAP 53, de 23/8/2001, a remuneração nas oficinas de trabalho não pode ser inferior ao salário-mínimo vigente no País. A parcela recebida pelo preso corresponde a 3/4 do valor recebido. O restante do desconto deve ser equivalente a 1/4 desse valor, e é destinado à constituição de um fundo, rateado entre os demais presos que efetuam o trabalho de apoio e manutenção da unidade, denominado MOI (Manutenção da Unidade Prisional).

Nos CDPs não há empresas instaladas, e a ausência de presos remunerados impede a constituição do fundo para pagamento das pessoas que atuam na manutenção da unidade. Assim, nenhum trabalho é remunerado.

Por fim, cabe salientar que a citação da Funap como empregadora refere-se à remuneração oferecida às pessoas que atuam como monitoras, tanto nas salas de aula como nas bibliotecas ou salas de informática, quando estas existem.

Expectativa de futuro fora da prisão

A

grande maioria dos entrevistados (87%) gostaria de continuar os estudos depois de sair da prisão, conforme a Tabela 57.

Tabela 57 – Distribuição dos entrevistados conforme intenção de prosseguir com estudos

Pretende continuar os estudos	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Sim	498	87
Não	69	12
Não sabe	5	1
Total	572	100

Os entrevistados se dividem quase igualmente quanto ao que estudar depois da prisão. O maior número (33%) disse desejar fazer faculdade, seguido por finalizar o ensino médio (27%). Fazer cursos profissionalizantes foi citado por um quarto dos entrevistados (Tabela 58).

45

Tabela 58 – O que as entrevistadas pretendem estudar quando saírem da prisão

O que pretende estudar	Dados absolutos	Dados percentuais (%)
Fazer faculdade	225	33
Concluir o Ensino Médio	186	27
Curso profissionalizante	166	24,5
Concluir Ensino Fundamental	105	15,5
Total	682	100

O curso mais citado por aqueles que pretendem cursar o ensino superior ou profissionalizante após sair da prisão é o de informática (25 citações), seguido por mecânica (12 citações). A lista completa de cursos se encontra nos Anexos.

Educação e trabalho nas prisões na perspectiva das/os profissionais

Foram entrevistados 42 funcionários das unidades prisionais pesquisadas. Destes, 22 trabalhavam em penitenciária e 20 em centros de detenção provisória. De maneira geral, em cada uma delas foram ouvidas pessoas que atuavam na portaria, na escola e na segurança dos pavilhões. O número de entrevistados, por unidade, variou entre três e seis.

Nas penitenciárias, 63,6% eram homens e 36,4% mulheres. No que diz respeito ao grau de escolarização, 50% dos entrevistados possuíam o ensino médio completo, 41%, o superior completo e 9% haviam iniciado o curso superior, mas não o concluíram. Entre os que possuem o ensino superior, quatro são formados em direito, quatro em pedagogia e os demais em administração e gestão escolar, psicologia, letras e sociologia. Entre os que afirmaram ter concluído o ensino médio, três frequentaram o ensino técnico em agropecuária, eletrônica e prótese dentária.

Em relação ao pertencimento étnico-racial, 54,5% se autodeclararam brancos, 27,3% pretos e 18,2% pardos. Quanto à religião, 45,5% dos funcionários afirmaram ser católicos, 40,9% evangélicos, 9,1% espíritas e um deles (4,5%) se declarou mulçumano.

Parte significativa dos entrevistados, 45,5%, trabalhava no sistema prisional há mais de 18 anos; 22,8% dos funcionários estavam de 12 a 18 anos no sistema; 13,7%, de 6 a 12 anos; 4,5%, de 3 a 6 anos, a mesma porcentagem dos que estavam de 1 a 3 anos no ramo; 9% atuavam no sistema há menos de um ano.

Em relação ao tempo de trabalho na unidade, 36,4% apresentavam tempo de serviço entre 1 e 3 anos; 27,3%, entre 4 e 7 anos; 18,2%, entre 8 e 11 anos. É bastante significativo que apenas 13,6% atuassem há mais de 15 anos na mesma unidade e 4,5%, entre 12 e 15 anos.

Centros de Detenção Provisória (CDP)

De forma mais específica, concentrando-se nos CDPs, 75% dos funcionários eram homens e 25% mulheres. O grau de escolaridade de 55% dos entrevistados era o superior completo, 35% possuíam o ensino médio completo; e 10%, o superior incompleto. Entre os que concluíram o superior, dois eram formados em direito, um em administração de empresas, um em comunicação social, dois em ciências contábeis, três em serviço social; um em psicologia, um em ciências sociais e um era cirurgião dentista.

Em relação ao pertencimento étnico-racial, 50% se autodeclararam brancos, 25% pretos e 20% pardos. Quanto à religião, 45% afirmaram ser católicos, 15% evangélicos, 20% espíritas, 15% afirmou não ter religião e um funcionário (5%) se declarou espiritualista.

Parte significativa dos entrevistados, 40%, apresentam de 3 a 6 anos; no sistema prisional, e esse percentual cai para 30%, no grupo que atua de 6 a 12 anos; 15%, possuem entre 12 e 18 anos de atuação

e, e com uma margem que não ultrapassa 10%, encontra-se trabalhadores com mais de 18 anos. Quando classificados em relação ao tempo de trabalho na unidade, 60% desses funcionários atuam entre 4 e 7 anos; 25%, entre 8 e 11 anos; 15%, entre 1 e 3 anos.

Nota-se que a formação das pessoas que atuam nos CDPs é superior àquela dos funcionários das penitenciárias, já que estas contam com funcionários mais experientes, além de possuírem mais tempo de trabalho no sistema prisional.

A entrevista com os funcionários incluía questões sobre sua percepção quanto à importância e condições para a realização das atividades de educação e trabalho, os interesses da população carcerária e, também, as expectativas do grupo em relação ao seu acesso a ações de formação.

Em geral, o diagnóstico dos funcionários sobre as atividades educativas ofertadas coincide com as informações fornecidas pelo gestor da unidade. Houve uma exceção, quanto a classificação da Biblioteca como atividade do campo educativo. Para alguns, a unidade não realiza “nenhuma” atividade de educação, mesmo havendo a biblioteca. O mesmo ocorre com o atendimento psicológico, que uma parte dos entrevistados classificou como atividade educativa.

Em uma das unidades, ao lado das aulas de preparação para os exames, é ofertado curso de violão, também por meio de um monitor sentenciado. O artesanato foi lembrado, mas, de acordo com os funcionários, acontece de maneira informal, no interior dos raos e por iniciativa dos detentos. No entanto, nesse caso, eles contam com o apoio dos familiares na garantia dos materiais, ao passo que a administração da unidade “autoriza” a atividade. Por fim, a prática de esportes também foi lembrada como atividade educativa ofertada.

Nem todos os funcionários dos CDPs responderam à totalidade das questões propostas, alegando que suas unidades de atuação não oferecem nenhuma atividade de educação ou trabalho, ou simplesmente por não terem opinião a respeito.

Dessa forma, das 20 pessoas entrevistadas, 11 responderam sobre a importância das atividades de educação no ambiente prisional, classificando-as como “muito importantes”.

O interesse da população carcerária sobre as atividades educativas foi avaliado por 13 pessoas, sendo que cinco afirmaram que o grupo tem “muito interesse”, o mesmo número considerou haver interesse “médio” e três pessoas asseveraram que a população carcerária tem pouco interesse nas atividades educativas.

Entre os que afirmam haver muito interesse, foi aludida a possibilidade de ocupar o tempo e “direcionar energia para coisas boas”, e justificam tal interesse argumentando que a demanda maior que a oferta, e “se tivesse atividade, eles iam querer participar”, especialmente em relação aos CDPs que não oferecem programas dessa natureza.

Os entrevistados que percebem “médio” interesse ponderaram que a população carcerária não é homogênea. O interesse pelas atividades educativas está relacionado ao grau de intensidade de envolvimento com o crime, aos vínculos pessoais estabelecidos anteriormente à prisão e aos grupos de pertencimento no interior da Unidade. Assim, de acordo com alguns entrevistados, os identificados como “evangélicos” têm interesse; diferentemente dos chamados “vida do crime”, ou “aqueles com vínculo de dependência com o PCC”, ou, ainda, os “moradores de rua”, vistos como sem perspectivas. Outros, com perfil de maior inclusão social, apresentam maior interesse.

Entre o grupo de funcionários que consideraram haver pouco ou nenhum interesse, foi possível captar dois argumentos. O primeiro refere-se ao caráter temporário da permanência no CDPs, que desestimula a participação nas atividades. O segundo está relacionado a uma suposta incompatibilidade entre a vida pregressa

e os estudos: “As pessoas que estão presas já não conseguiram ficar na escola e, quando chegam na unidade, não querem estudar”.

Entre os entrevistados, 10 consideraram que a oferta de atividades educativas é insuficiente, e apenas uma pessoa considerou “suficiente”. Já em relação à qualidade das atividades, duas pessoas classificaram como “excelente”, cinco como “boa”, duas como “ruim” e uma como “péssima”.

Nenhuma das atividades ofertadas foi considerada “inadequada”, mas, para justificar por que são adequadas, algumas observações sobre a qualidade da oferta foram feitas e contribuem para elucidar a opinião dos entrevistados. Há quem considere as atividades “mais para as pessoas das salas de igreja”, o que confirma a reflexão anterior sobre o fato de os evangélicos terem mais interesse e remete ao desafio da divulgação e processo de seleção para participação nas atividades, já apontado em pesquisas anteriores.

Também foi apontado que as atividades educativas são adequadas, mas deveriam ser de responsabilidade de professores habilitados, numa referência explícita à atuação dos monitores sentenciados.

Embora não tenha negado a adequação das atividades, um dos entrevistados afirmou que “o trabalho é mais importante”, justificando que muitos só aprendem trabalhando. Outros argumentaram que deveria haver mais opções de atividades, mas justificaram que há o limite da segurança, uma vez que a participação depende de escolta e não há funcionários em número suficiente. Houve ainda aqueles que ressaltaram a importância da alfabetização por “ajudar a ampliar a cidadania e contribuir para melhorar a expressão”. Esse último argumento coincide com a justificativa de algumas pessoas presas que, em outras pesquisas, afirmaram procurar a escola “para aprender a falar” com funcionários e dirigentes da unidade.

Ainda na ideia do fortalecimento da cidadania, um funcionário considerou importante o programa de estudos ter sido construído com base em datas importantes, e citou algumas: Dia da Consciência Negra, Dia da Mãe, Dia da Bandeira etc. Essa última observação chamou particularmente a atenção no universo desta pesquisa e mesmo em relação a outros estudos já realizados sobre educação em prisões. Usualmente, há comentários sobre a qualidade ou atualidade do material didático ou dos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, mas é inédito o comentário sobre o conteúdo proposto. O fato pode indicar maior envolvimento da equipe de funcionários com as ações de educação.

Em relação às atividades que deveriam ser ofertadas, 16 pessoas se manifestaram. A maioria citou a oferta de escolarização nas diferentes etapas. A necessidade de cursos profissionalizantes foi lembrada em quase todas as respostas, sendo que alguns funcionários chegaram a listar cursos rápidos, que contemplariam a possível rotatividade. Cursos de informática também foram intensamente mencionados.

No campo da educação em direitos humanos, ou para a cidadania ou para a paz, foram citados: educação moral e cívica, ensino religioso e educação em direitos. Já no campo da arte-educação, apenas o teatro foi mencionado. Destaca-se nesse aspecto, a sugestão para que sejam organizadas “palestras com pessoas de fora”, mas sem abordar os possíveis temas da atividade. A justificativa se construiu sobre a importância de “outras pessoas conhecerem a unidade”.

De maneira coerente ao estabelecido nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões, os funcionários propuseram que a educação nos CDPs contemple as dimensões formais e não formais da educação, com destaque para a profissionalização. É interessante notar que alguns chegaram a dar a solução para driblar o argumento do caráter provisório da unidade.

Estímulo

Sobre as possíveis formas de estímulo à participação nas atividades educativas, as opiniões podem ser organizadas em quatro grupos.

No primeiro grupo, as respostas indicam a necessidade de se constituir espaços adequados para a escola. Nesse conjunto, há quem tenha afirmado que a oferta, por si só, já é um incentivo. Um dos entrevistados declarou que as pessoas presas já têm interesse na escola, mas o que falta é o interesse do governo em garantir a existência dela. A mesma pessoa disse que os CDPs deveriam ter, em sua estrutura física, espaço para a escola, lembrando ainda que, na unidade em que trabalha, a única sala de aula tinha sido desativada para dar lugar ao setor de inclusão.

O segundo grupo propôs iniciativas que preveem benefícios aos detentos que participarem de atividades educativas. A divulgação da remição foi a forma de estímulo mais citada nesse grupo, mas houve quem sugerisse uma reorganização do espaço físico da prisão, de maneira que os estudantes ocupassem alas específicas.

O terceiro grupo sugeriu a realização de atividades que reforcem a ideia de que a escola é capaz de mudar a vida das pessoas. Dentre as atividades citadas, destacaram-se as palestras e as sensibilizações de caráter religioso. Esse grupo também salientou a relevância do envolvimento das famílias, tidas como importantes fontes de influência para o acesso e permanência na escola.

Por fim, duas pessoas afirmaram que as pessoas presas não têm nenhuma perspectiva de vida. Uma delas sugeriu, então, que fossem ofertadas atividades lúdicas, como teatro e música, como forma de aproximação ao universo educativo. Para o outro funcionário, nada poderia ser feito, a não ser aguardar que, diante da oferta, as pessoas se interessem em participar.

Trabalho

Em relação às oportunidades de trabalho, os funcionários citaram as monitorias nas aulas de preparação para os exames de certificação e nas aulas de música e de artesanato, destacando que o artesanato acontece de maneira informal, nos raios. Também foram lembrados os serviços de manutenção, limpeza e construção realizados pelos detentos na própria unidade. Por fim, funcionários de um CDP afirmaram não haver nenhuma atividade em sua unidade.

A importância das oportunidades de trabalho foi avaliada por 11 pessoas, que as consideraram “muito importante”, sendo que as demais não responderam a esta questão, ao passo que treze pessoas opinaram sobre o interesse despertado pelas oportunidades de trabalho, sendo que 10 classificaram como “muito”, e três como “médio. A possibilidade de remição é apontada como o principal estímulo ao trabalho. A remuneração foi lembrada por apenas uma pessoa, embora nos CDPs sejam remunerados apenas os presos que exercem a função de monitor, contratados pela Funap. Além da remição e da remuneração, foi citada, como estímulo ao trabalho, a possibilidade de sair do confinamento, de ocupar o tempo e de se sentir valorizado. Outras pessoas, por seu turno, falaram da importância de saírem do confinamento, ocupando o tempo e também como uma forma de se sentirem valorizados. Um dos entrevistados afirmou também que, no CDP, o acesso ao trabalho é uma forma de proteger presos em situação de risco, que não podem conviver com a população em geral.

A quantidade de atividades ofertadas foi considerada insuficiente pelas 11 pessoas que responderam à questão e, quanto à sua qualidade, quatro pessoas a consideraram “excelente”, cinco “boa”, uma pessoa considerou “ruim” e outra “péssima”.

Todas as atividades ofertadas foram consideradas adequadas. As justificativas são variadas. O argumento mais utilizado para justificar essa adequação foi que as atividades representavam uma oportunidade de praticar a profissão exercida anteriormente à prisão. Neste item, constata-se que pelo menos quatro detentos entrevistados, que trabalhavam nos jardins das unidades, eram jardineiros antes da prisão, inclusive tendo recebido formação específica.

Em sentido contrário, uma pessoa se posicionou sobre a adequação das atividades alegando justamente o fato de os presos não terem qualificação.

Chamou a atenção um comentário, feito por pelo menos três pessoas, no sentido de que o sistema prisional interfere pouco na organização dos presos, que constituem “uma comunidade própria”, inclusive em relação ao trabalho.

Por fim, ainda que todos tenham considerado as atividades adequadas, surgiram algumas ressalvas. Uma das funcionárias destacou, por exemplo, a falta de condições de segurança no trabalho: não há luvas, capacetes ou botas, mesmo quando a atividade é de construção civil. Essa é uma realidade que a equipe de pesquisa pôde constatar em diferentes unidades, considerando CDPs penitenciárias. Apenas uma pessoa falou da inadequação das atividades, citando a atuação dos presos na copa dos funcionários, alegando que isso poderia trazer problemas para a segurança dos funcionários.

Entre as atividades que deveriam ser ofertadas, a maior parte dos funcionários apontou a instalação de empresas, a exemplo da situação verificada nas penitenciárias. Não foram mencionados cursos específicos, exceto por um funcionário que disse ter ouvido dos presos que eles gostariam de fazer prendedor de roupa e costurar bola. Note-se que essas são atividades largamente difundidas em muitas unidades prisionais, o que pode ter influenciado a lembrança por parte das pessoas presas, e também do funcionário.

Alguns funcionários do CDP que não oferta nenhuma atividade de educação ou trabalho mostraram-se pessimistas, afirmando que a atual estrutura física dos CDPs impede qualquer ação.

Um dos entrevistados afirmou que na estrutura das unidades prisionais deveria haver um setor específico para buscar oportunidades de trabalho, especialmente com a atração de empresas para a unidade. Já outro funcionário assegurou estar em fase de implantação, no CDP onde trabalha, a formação de presos para atuarem como agentes promotores de saúde e monitores na escola de informática, compostagem e energia solar.

Como apontado anteriormente, não há trabalho remunerado nos CDPs, pois não havendo remuneração por empresas, não existe possibilidade de constituição do fundo a ser rateado entre os presos que atuam na conservação da unidade. Por isso, esse grupo de entrevistados não comentou a remuneração praticada no sistema prisional.

Formação funcionários

Indagados sobre sua participação em atividades educativas na unidade, 11 funcionários afirmaram já ter sido convidados, e sete disseram nunca ter recebido nenhum convite nesse sentido.

Entre os cursos já frequentados, foram citados iniciativas virtuais, tais como: estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente, interpretação de texto, direitos humanos, cidadania, combate à homofobia, investigação

criminal, gestão prisional, gerenciamento de crise, mediação de conflito, violência contra mulher, entre outros. Além disso, citaram cursos presenciais que englobavam temas como segurança, primeiros socorros e alguns específicos para os profissionais da psicologia. Em relação aos esses temas dos cursos, uma pessoa reclamou da falta de formação em direitos humanos e violência contra a mulher.

Apenas um entrevistado disse não ter participado de um curso para o qual foi convidado, alegando que não havia funcionário para substituí-lo na portaria no horário da formação. Por outro lado, os funcionários manifestaram desejo de acessar os seguintes cursos: faculdade de História, Direito, direito penal, mediação de conflito, ética profissional, primeiros socorros, informática, idiomas e segurança. Ademais, várias pessoas sugeriram cursos ou momentos de relaxamento durante a jornada de trabalho, e terapia. Por fim, um funcionário sugeriu que fossem estabelecidas parcerias com universitários ou recém-formados, para atuarem com cursos na unidade, como forma de obter descontos ou crédito nas faculdades.

Penitenciárias

A entrevista com funcionários das penitenciárias guarda especificidades em relação àquela realizada nos CDPs, conforme será apresentado a seguir. A fim de manter o anonimato das pessoas entrevistadas, não será identificada a resposta relacionada à unidade de trabalho. Essa identificação acontecerá apenas para as questões que solicitavam a indicação das atividades de educação e trabalho em cada unidade, mantendo, inclusive, a expressão utilizada pelo entrevistado.

Também é preciso atentar para o fato de haver duas unidades que mantêm os regimes fechado e semiaberto, o que determina referências a essas condições em relação ao trabalho e à educação.

Na Penitenciária Masculina Parada Neto foi observada a existência de alguns cursos do Senai: panificação, kit-festa, informática, inglês, espanhol, preparação para os exames de certificação, ensino fundamental, projeto “Como vai ser o mundo” (fotografia), Grupo de Diálogo Universidade, Comunidade e Cárcere (GDUCC), teatro, Projovem (semiaberto), percussão e de dança e cursos ministrados pelo Centro Paula Souza.

Nesta unidade, alguns funcionários afirmaram que o ensino fundamental já estava vinculado à Secretaria Estadual de Educação, tendo como escola de referência a E. E. “Francisco Antenor Filho”, e apenas a turma de ensino médio permanecia sob a responsabilidade da Funap. De acordo com os funcionários, a nova organização determinou inclusive a mudança nos horários para garantir a carga horária diária de 4 horas (8h às 12h; 13h às 17h). O horário de 16h30 e 17h30 ficou reservado para os cursos de inglês, espanhol e informática, frequentados por quem trabalha na unidade.

Na Penitenciária Masculina de Parelheiros foram citados: ensino geral, supletivo e espanhol, festival de músicas, salas de leitura, palestras motivacionais, eventos temáticos organizados com instituições como Sabesp, Eletropaulo, Corpo de Bombeiros, Editora Coquetel e Universidade de São Paulo.

Na Penitenciária Masculina Adriano Marrey foram citados os cursos para preparação para exames (Funap), cursos profissionalizantes realizados pelo professores da do Centro Paula Souza e do Instituto de Direito da Defesa do Direito (IDDD), formação de educadores, inglês, futebol, teatro, artesanato, teologia e prevenção DST/Aids.

Na Penitenciária Feminina do Butantã foram citados: biblioteca, informática, alfabetização, escola, educação, teatro, cidadania, informática, Febrabam, artesanato, maquiagem, música, religião, cursos do governo do estado no Parque da Água Branca, instrumentos musicais, Quinta Cultural (cinema), crochê, cursos externos (moda), qualificação profissional e palestras em geral.

As respostas demonstraram diferenças do nível de informação sobre as atividades em função das atribuições do cargo. Dessa forma, apenas os funcionários que atuam diretamente nos espaços reservados à educação tinham conhecimento das atividades educativas promovidas.

Os funcionários da portaria e da segurança identificam as atividades pelos realizadores – Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Centro Paula Souza, Funap –, sem conhecerem o conteúdo tratado. Essa é uma situação verificada em outras pesquisas e, de um lado, revela o grau de isolamento das atividades educativas nas unidades prisionais, que são de conhecimento e responsabilidade de um número bastante limitado de funcionários. De outro lado, a condição dificulta a realização das atividades, conforme pôde ser observado em outros trabalhos. Muitas vezes, por desconhecer a natureza da proposta, os materiais que deveriam ser utilizados são barrados na entrada, sob a alegação de riscos à segurança, tensão que seria reduzida com o envolvimento da equipe em geral.

Embora a pergunta se referisse às atividades em curso no momento da pesquisa, as respostas elencaram iniciativas esporádicas, que aconteceram algumas vezes ou uma única vez na unidade. Pode-se atribuir a esse fato à tentativa de demonstrar conhecimento sobre o tema, mas é bem provável que os funcionários, efetivamente, não tenham conhecimento do início, do fim e da periodicidade dos cursos, em razão da fragmentação e da descontinuidade das iniciativas, já apontadas em outras pesquisas.

Nota-se, também, diferenças na percepção sobre o que é educação. Uns funcionários citaram apenas as atividades destinadas à elevação da escolarização, alguns incluíram as iniciativas do campo não formal, e outros, ainda, citaram atividades das oficinas de trabalho.

Essa é uma situação bastante comum nas unidades prisionais, porque, para muitas pessoas, qualquer atividade que ocupa o tempo é considerada educativa. Do mesmo modo, as respostas revelam o espaço e a importância das atividades de educação não formal naquele ambiente. Nesse sentido, preocupa o fato de uma das unidades ter organizado os horários de maneira que as atividades destinadas à elevação da escolaridade ocupem praticamente todo o período, reservando apenas uma hora e meia para as atividades não formais e limitando a participação apenas às pessoas que trabalham.

É preciso atenção para que a organização da educação formal, uma conquista, não sufoque e limite outras iniciativas, cerceando o acesso às atividades, selecionando os educandos em função de ocuparem ou não postos de trabalho.

Sobre a importância das atividades educativas, 21 pessoas as consideraram muito importantes e apenas uma as considerou de média importância. Entre os entrevistados, seis consideraram que a população carcerária tem muito interesse nas atividades de educação, 11 consideram o interesse médio, e cinco afirmaram haver pouco interesse.

As justificativas para o interesse, ou falta dele, chamaram a atenção pela desigualdade de julgamento entre detentos e detentas. De maneira geral, os argumentos são similares aos identificados nos CDPs, quando se considera que o interesse pelos estudos é inversamente proporcional à inserção no mundo do crime. A família, para esse grupo de entrevistados, aparece tanto como fonte de estímulo quanto como de desinteresse: “Presos já chegam com a mentalidade familiar de que estudo não é tão importante”. A possibilidade de remir a pena foi apontada como estímulo, e o prazer em estudar também foi citado.

Houve a tentativa de estabelecer relação entre o período da pena e o acesso ao trabalho: “No [regime] fechado há maior interesse no início da pena e entre os que trabalham”. No caso das unidades masculinas, alguns funcionários argumentaram que os presos não têm consciência e perspectiva de vida, mas em

momento algum foram mencionadas expressões de raiva ou condenação moral. Já na unidade feminina, pelo menos três funcionárias, ao explicar a suposta falta de interesse na educação, referiram-se às presas como “sem vergonha” e “interesseiras”, só participando de atividades que lhes dessem algo em troca.

Como apontado em outras pesquisas, esse fato reforça a intensificação do preconceito em relação à mulher presa, repetidas vezes condenada por julgamentos morais, além, obviamente, da pena judicial. A quantidade de atividades ofertadas foi considerada suficiente por oito pessoas e insuficiente por 14. Já a sua qualidade foi considerada excelente por três entrevistados, boa por 17 e ruim ou péssima por duas pessoas.

Todas as atividades mencionadas foram consideradas adequadas pelo grupo, embora nessa questão tenham surgido críticas à atuação do monitor sentenciado, sob a alegação da falta de conhecimento e de formação e pelo fato de o professor habilitado ter “mais credibilidade”.

O conteúdo pedagógico e a preparação das aulas do ensino fundamental e médio também foram considerados inadequados tendo sido apontado que o material utilizado é ultrapassado e o apoio dado ao monitor sentenciado é insuficiente para suprir sua defasagem. Aos que sustentaram opinião contrária, as justificativas para a adequação foram variadas: algumas respostas ressaltaram a importância de se ocupar o tempo, outras, a ampliação das chances de inserção social quando conquistarem a liberdade.

O incentivo à leitura, representado pela educação, foi considerado fundamental por “atingir todas as esferas da vida”.

As sugestões sobre cursos a serem ofertados também guardam especificidades em relação ao sexo da pessoa privada de liberdade. Na penitenciária feminina, foram sugeridos esporte, religião, atividades artísticas. Nas masculinas, cursos profissionalizantes “segundo demanda do mercado de trabalho”, mecânico, eletricitista, azulejista, noção básica de direito, formação para cidadania, cursos na sala de aula, atividades ligadas à ecologia, idiomas, arte-educação, atividades ligadas ao bem estar físico e emocional, suporte psicológico para presos e funcionários, atividades culturais.

O fato de terem sido pesquisadas mais unidades masculinas, certamente, justifica a desigualdade no número de propostas para uma e outra. No entanto, chama a atenção a ausência de sugestões de cursos profissionalizantes, ou mesmo do campo do Direito, na unidade feminina. Novamente, a evidência de que a pena, para as mulheres, tem uma função moralizante, decorrendo daí cursos destinados ao espírito e ao condicionamento físico, enquanto a conquista da autonomia por meio da capacitação profissional e o acesso à informação sobre direitos e cidadania são indicados para homens.

Sobre a possibilidade de estimular a participação nas atividades de educação, as respostas seguem o padrão verificado nos CDPs, com algumas diferenças. Por exemplo, a proposta de convencimento sobre a importância da formação escolar e profissional e a divulgação de casos de egressos do sistema prisional que “cursaram a faculdade e hoje estão bem”.

A integração das atividades de escolarização com as “lúdicas” foi apontada como uma estratégia de estímulo, além da intensificação da divulgação e existência da remição pelo estudo e envolvimento das famílias em atividades de sensibilização. Por fim, algumas pessoas reafirmaram a crença de que o interesse pelo estudo deve ser espontâneo, chegando inclusive a criticar a remição.

Trabalho: Atividades Ofertadas

As atividades listadas a seguir correspondem ao conjunto das respostas, o que significa que nem todos os funcionários falaram sobre as mesmas atividades.

Na Penitenciária Masculina Parada Neto foram citadas as seguintes atividades de trabalho: 7 empresas (várias atividades) no regime fechado e 4 no semiaberto. Todos os entrevistados falaram sobre as empresas, mas o número variou entre 5 e 9. Também foram mencionados os trabalhos de manutenção, faxina, urbanização, cozinha geral e copa dos funcionários.

Na Penitenciária Masculina de Parelheiros foram elencadas as seguintes atividades: horta, confecção de roupas, cozinha, pedreiro, metalurgia, redes de futebol e artesanato (parado), móveis/material para escritório e de papelão. Ao passo que na Penitenciária Masculina Adriano Marrey foi citada uma metalúrgica e a Chef Grill (responsável pela produção das refeições da unidade), além dos serviços de manutenção, educação, artesanato, biblioteca e faxina.

Na Penitenciária Feminina do Butantã foram arroladas diversas atividades como: oficinas variadas, escolas, empresas, cozinhas e manutenção da unidade.

As oportunidades de trabalho nas unidades foram consideradas muito importantes pelas 22 pessoas entrevistadas. Entre essas, 16 consideraram haver muito interesse da população carcerária sobre as atividades de trabalho, quatro pensam que há um interesse médio e duas, “pouco interesse”.

As justificativas sobre o interesse da população carcerária pelo trabalho foram variadas. A necessidade da remuneração foi a mais citada, juntamente com a remição. No entanto, uma pessoa afirmou que os baixos salários não justificariam o interesse e a remição a principal motivação. Ocupar o tempo e realização pessoal também foram apresentadas e, novamente, as famílias como motivação, nesse caso como destinatárias de ajuda financeira. Por fim, o trabalho foi citado como formação profissional.

Apenas uma pessoa considerou a oferta de trabalho suficiente, já que as demais concordaram que é “insuficiente” e sugeriram a isenção de impostos, como forma de atrair mais empresas para o espaço prisional, e um trabalho de divulgação, com empresários, sobre as condições de trabalho nas unidades prisionais. Em relação à qualidade, duas pessoas consideraram as atividades ofertadas excelentes, 19 consideram boas e uma, “ruins”.

Algumas atividades foram consideradas inadequadas. Entre elas, no caso da unidade feminina, foi apontado “aquelas que requerem esforço físico e que são inadequadas para todas as idades”, e foi feita uma crítica ao fato de “a maioria dos trabalhos serem mecânicos, manuais”. Novamente foram feitas críticas à atuação dos monitores sentenciados na escola e também ao fato de as pessoas não poderem utilizar “lá fora o que fazem aqui”. A solução seria promover atividades que refletissem o dia a dia “em sua aprendizagem”.

A maioria dos entrevistados considerou as atividades adequadas, e houve uma ponderação no sentido da importância das atividades que requerem interação entre as pessoas, “porque ajudam a aprender a conviver em sociedade”. Um dos funcionários afirmou, espontaneamente, que não há exploração da mão de obra carcerária pelas empresas e que os horários são adequados. Estranhamente, esta mesma pessoa, em resposta anterior, tinha aludido que muitas pessoas deixam a escola porque precisam trabalhar.

As atividades de trabalho foram também apontadas como forma de atualização e formação profissional, além de ser um exercício de disciplina e responsabilidade, em virtude da rigidez dos horários. Já na unidade feminina, a adequação das atividades foi justificada pelo fato de as mulheres “fazerem comida gostosa”.

Em resposta à questão “quais oportunidades de trabalho deveriam ser ofertadas?”, a maioria dos entrevistados afirmou a necessidade da abertura de mais postos de trabalho, pela atração de empresas que ofertassem vagas que correspondessem às necessidades do mercado “fora da prisão”. Tecnologia, telemarketing, hotelaria, garçonne, acesso a novas áreas da informática foram apontadas como alternativas. Ademais, foram mencionadas, a reciclagem, o reaproveitamento de materiais e o artesanato.

A remuneração ofertada à população carcerária é considerada justa para 15 pessoas e injusta para sete. Entre aqueles que consideram a remuneração justa, os argumentos incluem o cumprimento da função social da empresa, a valorização do trabalho, o fato de “receberem mais do que muito trabalhador” e “comerem e beberem de graça”. Na unidade feminina, afirmou-se que “é um dinheiro livre para elas”, juízo absolutamente equivocado, uma vez que todas as pesquisas e mesmo rápidas conversas com mulheres presas revelam sua responsabilidade com o sustento da família. Já aos que consideram a remuneração injusta, o principal argumento é que o valor pago está abaixo do mercado. Não houve nenhuma ponderação sobre o fato de não existirem direitos trabalhistas ou qualquer encargo ou despesa às empresas.

Educação para funcionários

Em relação às oportunidades de educação para os funcionários, 12 pessoas afirmaram já terem sido convidadas a participar de alguma atividade educativa, e 10 negaram ter recebido qualquer convite. Entre as atividades das quais participaram, constam: reciclagem, reuniões pedagógicas na Funap, teatro, atividades educativas ofertadas na unidade (Enem/Siesu), educação física, “mas é raro”, leitura, yoga, palestras ofertadas pela Sabesp e pela Eletropaulo, cursos on-line e constituição da Cipa (Comissão Interna para Prevenção interna acidentes).

Sobre a não participação nas atividades, alguns funcionários alegaram não ter acesso à informação e outros disseram que não foram indicados ou convidados para os cursos. É inusitado uma funcionária da unidade feminina ter afirmado que: “Porque trabalha na vigilância e é a última a saber”. Outras razões para a não participação são o fato de os cursos acontecerem em dias de folga e, durante a jornada, a carga horária não permitir, uma vez que não há funcionários para substituição.

As respostas às entrevistas apontam para a ausência de um programa estruturado de formação na SAP. O reduzido número de funcionários e a estafante jornada de trabalho formam um círculo vicioso: impossível a formação durante o horário de trabalho, e também nos dias de folga. A alternativa parece estar sendo constituída pela formação a distância, mas, ainda assim, o conjunto de atividades elencadas demonstram fragmentação e descontinuidade nas ações, a exemplo do que acontece com a população carcerária.

A lista de atividades educativas das quais gostariam de participar é similar àquela apresentada pelos funcionários dos CDPs. Apenas alguns funcionários das penitenciárias foram mais críticos em relação aos gestores: “Funcionário da SAP é esquecido. Cursos são muito esporádicos, quando deveriam acontecer a cada seis meses, focando sobre o trabalho dos agentes penitenciários”. Ou, ainda:

“É preciso mais investimento no funcionário. Há inversão de valores. Prestam serviço com dedicação e não recebem atenção do Estado. Direitos humanos para agentes de segurança em todos os níveis! Poucas condições oferecidas anos atrás já não se confirmam”.

De fato, a equipe de pesquisa pôde observar a precariedade das condições dos funcionários as unidades prisionais, sobretudo daqueles responsáveis pela segurança dentro dos pavilhões e, de modo particular, em alguns CDPs.

Alguns depoimentos dão conta do preconceito que os profissionais do sistema carcerário sofrem: “Pensam que somos um bando de torturadores; mas é preciso entrar aqui e ver que tentamos trabalhar, fazer o melhor sem qualquer condição”, desabafou uma funcionária.

Como em outras pesquisas, esta também constatou a ausência de orientação e apoio por parte da SAP para

a realização de atividades educativas e de trabalho. As iniciativas relatadas, com todos os limites que possam ter, são fruto do empenho de equipes, ou, às vezes, de poucos funcionários.

A implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões, regulamentada em São Paulo por meio da portaria Conjunta entre SAP e SEE, poderia ser uma oportunidade de orientação e apoio às unidades.

No entanto, conforme relatos de gestores e funcionários, faltou diálogo na formatação do programa de educação em prisões paulistas. Nenhuma das pessoas entrevistadas, incluindo os gestores, foi consultada ou pôde participar de qualquer conversa sobre o tema.

Em outubro e novembro de 2012, gestores e funcionários sabiam que a Secretaria Estadual de Educação assumiria as atividades de escolarização, apoiavam a ideia do professor habilitado na unidade, mas não tinham a menor ideia sobre a implantação da nova gestão.

A única exceção é um CDP no qual a direção da unidade convidou a direção e a coordenação pedagógica da escola estadual de referência para conhecerem a unidade. De acordo com o relato dos funcionários desse CDP, a conversa avançou para a construção conjunta do projeto político pedagógico. Mesmo a penitenciária que afirmou já ter o ensino fundamental vinculado à rede estadual de ensino, na prática, ela não havia efetuado mudanças na organização das aulas – ministradas, inclusive, sem a presença de professores habilitados.

ANEXOS

ANEXOS

Comitê de ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária – CEPSAP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do Voluntário:

Endereço:

Telefone para contato: Cidade: CEP:

E-mail:

As Informações contidas neste prontuário foram fornecidas por Mariângela Graciano, pesquisadora da **Ação Educativa Assessoria Pesquisa e Informação**, objetivando firmar acordo escrito mediante o qual, o voluntário da pesquisa autoriza sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, com a capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação.

1. Título do Trabalho:

Educação nas prisões: estratégias para implementação em São Paulo

2. Objetivo(s):

Objetivo Geral: produção de dados e informações que colaborem com a elaboração das ações destinadas à educação (políticas educacionais) a serem realizadas (implementadas) nas unidades prisionais de São Paulo pelos órgãos governamentais responsáveis.

Objetivos Específicos: 1) identificar as séries escolares cursadas pelas pessoas entrevistadas e também o que desejam em relação às atividades de educação, incluído o ensino profissionalizante; 2) identificar as atividades de educação e trabalho ofertadas nas unidades prisionais; 3) identificar as condições de funcionamento dos espaços (salas de aula, laboratórios, oficinas) reservados para as atividades educacionais.

3. Justificativa:

Conforme demonstram as informações divulgadas por órgãos de governo responsáveis pela administração das unidades prisionais, e disponibilizados na página eletrônica do Ministério da Justiça e da Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo, não existem informações sobre as condições existentes para professores ensinarem e estudantes aprenderem no sistema prisional. Também não se sabe se as pessoas presas querem estudar.

Com toda esta falta de informação, fica difícil para os governantes organizarem a educação nas unidades prisionais. Em 2010, o Conselho Nacional de Educação, o órgão que orienta como a educação deve ser feita em todo o País, elaborou um texto que obriga todos os estados do Brasil a oferecerem educação em todas as unidades prisionais. Este documento tem o nome de “Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões”, explica como a educação nas prisões deve funcionar e deve ser obedecido imediatamente.

Para ajudar os governantes de São Paulo a organizarem a educação em todas as unidades prisionais do estado, a Ação Educativa, uma entidade que faz pesquisa sobre educação, está fazendo perguntas para as pessoas presas para saber até que série estudaram, se gostariam de estudar na prisão e que tipo de estudo gostariam de cursar.

Também são feitas perguntas sobre atividades de trabalho porque pessoas que já estudaram como funciona a educação nas prisões perceberam que muitas vezes o trabalho também é considerado uma atividade educativa, e que as pessoas presas têm muito interesse em participar de atividades que ensinam profissões.

As respostas serão entregues aos governantes, que poderão usar as informações para organizar as atividades de educação nas unidades prisionais.

4. Método:

A pesquisa será desenvolvida por meio da aplicação de questionário a amostra aleatória estratificada por sexo e tipo de instituição segundo a execução penal, de maneira a aplicar o instrumento de pesquisa em unidades destinadas à prisão provisória (Centros de Detenção Provisória) e de execução penal, no caso da Comarca de São Paulo, penitenciárias.

Essa amostra deve ser sorteada a partir de uma lista completa da população carcerária (não identificando os sujeitos), perfazendo um total de 1.200 pessoas entrevistadas com base no instrumento de pesquisa apresentado. Este número asseguraria 95% de certeza de que as estimativas estarão corretas dentro de uma margem de erro de 5 pontos. A análise estatística envolve a análise descritiva univariada e multivariada dos dados, empregando análise de regressão, modelos lineares e modelos multinível, entre outros.

5. Desconforto ou Riscos Esperados:

Não há previsão de riscos ou desconfortos aos participantes.

6. Informações:

Os participantes receberão respostas a qualquer pergunta ou esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos procedimentos, riscos benéficos e outros assuntos relacionados a esta pesquisa. Também eu, Mariângela Graciano, pesquisadora responsável por esta pesquisa, assumo o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade do indivíduo em continuar participando.

7. Métodos Alternativos (se existirem):

Não existem métodos alternativos.

8. Retirada do Consentimento:

O participante tem direito de se retirar da pesquisa a qualquer tempo.

9. Aspecto Legal:

Elaborados de acordo com as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos atendendo à Resolução no 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde – Brasília (DF).

10. Garantia do Sigilo:

Todos os participantes desta pesquisa terão preservada sua identidade sob sigilo absoluto.

11. Formas de Ressarcimento das Despesas decorrentes da Participação na Pesquisa:

Não há formas de ressarcimento aos participantes previstas no projeto.

12. Local da Pesquisa:

A pesquisa será realizada em unidades prisionais pertencentes à Comarca de São Paulo.

13. Nome Completo e telefones dos Pesquisadores (Orientador e Alunos) para Contato:

Mariângela Graciano: (11) 3151-2333, ramal 130.

14. Endereço do Comitê de Ética SAP:

Endereço do Comitê de Ética do CEPSAP: Av. Prof. Ataliba Leonel, nº 556, Santana – São Paulo (SP).
CEP: 02033-000.

Fone: (11) 3206-4700.

15. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo no meio científico.

* Não assine este termo se ainda tiver alguma dúvida a respeito.

São Paulo, _____ de _____ de 2012.

Nome (por extenso): _____

Assinatura: _____

1ª via: Instituição

2ª via: Voluntário

QUESTIONÁRIOS

Levantamento de informações sobre o perfil de escolaridade da população prisional

Questionário 1 – Gestor

Nome do/a pesquisador/a:

Data do levantamento/entrevista:

Nome da Unidade:

I – Dados institucionais

1. Unidade Prisional

- (1) masculina
- (2) feminina

2. População:

3. Capacidade:

4. Equipamento escolar existente

- (1) escola/ala destinada a atividades educacionais com equipamentos e mobiliário apropriado
- (2) salas de aula improvisadas
- (3) nenhum (PPP – pule para a pergunta 6)

5. Número de salas de aula (vale para quem respondeu 1 ou 2 na pergunta anterior):

- (1) 1 a 3
- (2) 4 a 6
- (3) 6 a 8
- (4) mais de 8

6. Quadra de esportes?

- (1) sim
- (2) não

7. Biblioteca

- (1) sim
- (2) não

8. Número estimado de volumes

- (1) menos de 100
- (2) 101 a 500
- (3) 501 a 1 mil
- (4) mais de 1 mil

9. A biblioteca funciona

- (1) apenas empréstimo
- (2) apenas consulta
- (3) empréstimo e consulta

- 10.** Quem tem acesso
- (1) apenas estudantes
 - (2) estudantes e pessoas que trabalham
 - (3) toda a população
- 11.** Como acontece o acesso
- (1) visita à biblioteca
 - (2) acervo móvel
 - (3) as duas formas
- 12.** Sala de informática
- (1) sim
 - (2) não
- 13.** Quantos computadores
- (1) 1 a 3
 - (2) 4 a 6
 - (3) mais de 6
- 14.** Como são utilizados
- (1) exclusivo para formação
 - (2) entretenimento
 - (3) formação e entretenimento
- 15.** Quem tem acesso
- (1) apenas estudantes
 - (2) estudantes e pessoas que trabalham
 - (3) toda a população
- 16.** Acesso a internet
- (1) sim
 - (2) não
- 17.** Outros equipamentos
-
-

Questionário 2 – População carcerária

Unidade:

I – Caracterização do/a entrevistado/a

A) Informações gerais

1. Quando você nasceu?

2. Em que cidade/estado você nasceu?

[[SÓ PARA QUEM NÃO NASCEU NO ESTADO DE SÃO PAULO]]

3. Quando veio para São Paulo?

4. Quantos anos tinha quando veio para São Paulo?

5. Como se define em termos de cor/raça?

(1) branca (2) preta (3) parda

(4) amarela (5) indígena (6) outra

6. Qual a sua religião?

(1) católica (2) evangélica (3) espírita (4) umbanda

(5) candomblé (6) outra: (7) não tem

66

B) Filhos

7. Tem filhos?

(1) sim (2) não

[[SÓ PARA QUEM RESPONDEU 1 NA PERGUNTA 7]]

8. Quantos filhos?

9. Qual a idade deles?

Idades: 1ª 2ª 3ª 4ª 5ª 6ª

10. Para os filhos de 0 a 25 anos: Frequentam creche, pré-escola, fundamental ou médio, ensino superior?

Caso não estudem, até que série completaram?

Filho Estuda? Qual série está ou completou?

1ª () sim () não

2ª () sim () não

3ª () sim () não

4ª () sim () não

5ª () sim () não

6ª () sim () não

11. Morava com os filhos anteriormente à prisão?

- (1) sim
- (2) não

12. Com quem estão seus filhos atualmente?

- (1) com a mãe/pai deles
- (2) com sua mãe
- (3) com sua irmã/irmão
- (4) instituição
- (5) não sabe

C) Moradia anterior à prisão

13. Antes da prisão, onde você morava?

Cidade:

Bairro:

14. A residência onde você morava era:

- (1) própria
- (2) aluguel
- (3) área social
- (4) morava com parentes

15. Quantos cômodos tinha?

- (1) 1 a 2
- (2) 3 a 4
- (3) 5 a 6

16. Quantas pessoas moravam com você

- (1) 2 a 4
- (2) 5 a 6
- (3) 7 a 9
- (4) 10 ou mais

17. Tinha água encanada

- (1) sim
- (2) não

18. Tinha pavimentação na rua

- (1) sim
- (2) não

19. Tinha aparelho de televisão

- (1) 1 a 2 aparelhos
- (2) mais de 2
- (3) não tinha

D) Sobre a prisão

20. Que idade você tinha quando foi presa/o?
21. Qual a sua pena (número de anos na prisão):
- (1) 1 a 3
 - (2) 4 a 6
 - (3) 7 a 10
 - (4) até 15
 - (5) até 20
 - (6) mais de 20
 - (7) aguardando julgamento
22. Está preso/a pela primeira vez?
- (1) sim
 - (2) não
23. Quantas vezes já esteve preso/a, sem contar a atual?
- (1) uma vez
 - (2) duas vezes
 - (3) três vezes
 - (4) mais de quatro

68

II – Trabalho

A) Anterior à prisão

1. Você estava trabalhando antes da prisão?
- (1) sim
 - (2) não
2. O que você fazia?
3. Tinha profissão?
- (1) sim
 - (2) não
4. Qual?
5. O trabalho era:
- (1) carteira assinada
 - (2) autônomo
 - (3) bico
6. Há quanto tempo estava desempregado/a?
- (1) menos de 1 ano
 - (2) 1 a 2 anos
 - (3) 2 a 3 anos
 - (4) mais de 3 anos

7. Tinha renda fixa?

- (1) sim
- (2) não

8. Qual era o valor de sua renda pessoal?

- (1) menos de 1 salário mínimo
- (2) 1 a 2 salários mínimos
- (3) 3 a 4 salários mínimos
- (4) mais de 5 salários mínimos

9. Qual era o valor da renda familiar?

- (1) menos de 1 salário mínimo
- (2) 1 a 2 salários mínimos
- (3) 3 a 4 salários mínimos
- (4) mais de 5 salários mínimos

B) Na prisão

10. Você trabalha aqui?

- (1) sim
- (2) não

11. O que faz

- (1) serviço de limpeza
- (2) cozinha
- (3) administração
- (4) oficina de empresa
- (5) Funap
- (6) outros

[[SÓ PARA QUEM RESPONDEU 4 e 5 NA PERGUNTA 11]]

12. Qual a atividade?

.....

13. Como conseguiu este trabalho?

14. Qual o seu horário de trabalho?

15. Quanto recebe?

16. Tem algum desconto nesta remuneração?

- () sim
- () não

Qual o valor do desconto?

III – Educação

A) Anterior à prisão

1. Até que série cursou fora da prisão?

GRAU DE INSTRUÇÃO		CÓDIGO
Qual a última série escolar que você completou?		
Não completou nenhuma, nunca foi à escola		01
APÓS 1971	ATÉ 1971	
PRIMÁRIO		
1ª até 3ª série	1ª até 3ª série	02
4ª série	4ª até 5ª série	03
GINÁSIO (1º GRAU)		
5ª até 7ª série	1ª até 3ª série	04
8ª série	4ª série	05
COLEGIAL (2º GRAU)		
1ª e 2ª série	1ª e 2ª série	06
3ª série/ vestibular	3ª série/vestibular	07
SUPERIOR		
Superior incompleto		08
Superior completo		09

70

2. Com que idade em que iniciou os estudos?

- (1) 4 a 6 anos
- (2) 7 a 8
- (3) 9 a 10

3. Já repetiu de ano?

- (1) sim
- (2) não

4. Fez algum curso profissionalizante?

- (1) sim
- (2) não

5. Qual?

B) Na prisão

6. Estuda ou já estudou na prisão

- (1) sim, estou estudando
- (2) sim, mas não estou estudando mais
- (3) não (**pule para a pergunta 10**)

7. Como soube da existência da escola?

- (1) cartaz
- (2) informação de colegas
- (3) informação de funcionário
- (4) Outro meio. Qual?

8. Por que estuda ou estudou?

- (1) aprender a ler e escrever
- (2) continuar os estudos
- (3) gosta de aprender
- (4) ocupar o tempo
- (5) ganhar respeito dos funcionários
- (6) conseguir emprego quando sair
- (7) oportunidade de encontrar colegas
- (8) para esquecer que está na prisão por alguns momentos

[[SÓ PARA QUEM RESPONDEU 2 NA PERGUNTA 6]]

9. Por que motivo parou de estudar?

[[SÓ PARA QUEM RESPONDEU 3 NA PERGUNTA 6]]

10. Sabe que existe escola na prisão?

- (1) sim
- (2) não

11. Por que não frequenta?

- (1) não tem interesse
- (2) horário coincide com trabalho
- (3) outro motivo

[[SÓ PARA QUEM RESPONDEU 1 ou 2 NA PERGUNTA 6]]

12. Quais cursos fez na prisão?

- (1) preparação para o exame de certificação
- (2) artesanato
- (3) música
- (4) dança
- (5) leitura
- (6) profissionalizante. Qual:
- (7) Outros:

[[SÓ PARA QUEM RESPONDEU 2 e 3 NA PERGUNTA 6]]

13. Gostaria de estudar?

- (1) sim
- (2) não

14. Gosta de ler

- (1) muito
- (2) moderadamente
- (3) pouco
- (4) não gosta

15. Como consegue os livros

- (1) biblioteca da unidade
- (2) empréstimo de colegas
- (3) presente das visitas

16. O que gostaria de aprender na prisão?

- (1) só matérias escolares
- (2) matérias escolares e profissionalizantes
- (3) só cursos profissionalizantes

17. Quais cursos profissionalizantes interessam a você?

.....

.....

IV – Projetos

72

1. Pretende continuar estudando quando sair?

- (1) sim
- (2) não

2. O que vai estudar?

- (1) concluir o ensino fundamental
- (2) concluir o ensino médio
- (3) faculdade. Qual curso?
- (4) curso profissionalizante. Qual curso?

3. Gostaria de dizer algo que não perguntamos?

.....

.....

.....

Questionário 3 – Funcionário/a da unidade

Nome do/a pesquisador/a:

Data do levantamento/entrevista:

Nome da Unidade:

I – Dados pessoais

1. Sexo: (1) Feminino (2) Masculino

2. Data de nascimento:

3. Formação:

(1) ensino médio incompleto

(2) ensino médio completo

(3) ensino superior incompleto Curso:

(4) ensino superior completo Curso:

(5) pós-graduação

4. Como se define em termos de cor/raça?

(1) branca

(2) preta

(3) parda

(4) amarela

(5) indígena

(6) outra

5. Qual a sua religião?

(1) católica

(2) evangélica

(3) espírita

(4) umbanda

(5) candomblé

(6) outra:

(7) não tem

6. Qual o valor de sua renda pessoal?

(1) menos de 1 salário mínimo

(2) 1 a 2 salários mínimos

(3) 3 a 4 salários mínimos

(4) mais de 5 salários mínimos

7. Qual o valor da sua renda familiar?

(1) menos de 1 salário mínimo

(2) 1 a 2 salários mínimos

(3) 3 a 4 salários mínimos

(4) mais de 5 salários mínimos

8. Qual o seu cargo e atribuições?

.....
.....

9. Há quanto tempo trabalha no sistema prisional?

- (1) menos de 1 ano
- (2) entre 1 e 3 anos
- (3) entre 3 e 6 anos
- (4) entre 6 e 12 anos
- (5) entre 12 e 18 anos
- (6) mais de 18 anos

10. Há quanto tempo trabalha nesta unidade?

II – Educação

1. Quais são as atividades de educação ofertadas nesta unidade?

.....
.....
.....
.....

74

2. Como avalia as atividades de educação ofertadas às pessoas presas:

- (1) muito importantes
- (2) pouco importantes
- (3) não têm importância

3. Como avalia o interesse das pessoas presas nessas atividades

- (1) muito
- (2) médio
- (3) pouco
- (4) nenhum

4. Por quê?

.....
.....
.....
.....

5. Você considera que a quantidade de atividades educativas ofertadas é:

- (1) suficiente
- (2) insuficiente

6. Você considera que a qualidade das atividades educativas ofertadas é:

- (1) excelente
- (2) boa
- (3) ruim
- (4) péssima

7. Entre as atividades ofertadas, quais considera adequadas?

.....

.....

.....

8. Por quê?

.....

.....

.....

9. Entre as atividades ofertadas, quais considera inadequadas?

.....

.....

.....

10. Por quê?

.....

.....

.....

11. Quais atividades educativas deveriam ser ofertadas?

.....

.....

.....

12. O que deveria ser feito para estimular o interesse das pessoas presas pelas atividades de educação?

.....

.....

.....

III – Trabalho

1. Quais são as oportunidades de trabalho ofertadas nesta unidade?

.....
.....
.....

2. Como avalia as oportunidades de trabalho ofertadas às pessoas presas:

- (1) muito importantes
- (2) pouco importantes
- (3) não têm importância

3. Como avalia o interesse das pessoas presas nessas atividades

- (1) muito
- (2) médio
- (3) pouco
- (4) nenhum

4. Por quê?

.....
.....
.....

76

5. Você considera que a quantidade de oportunidades de trabalho ofertadas é:

- (1) suficiente
- (2) insuficiente

6. Você considera que a qualidade das oportunidades de trabalho ofertadas é:

- (1) excelente
- (2) boa
- (3) ruim
- (4) péssima

7. Entre as atividades ofertadas, quais considera adequadas?

.....
.....
.....

8. Por quê?

.....
.....
.....

9. Entre as atividades ofertadas, quais considera inadequadas?

.....
.....

10. Por quê?

.....
.....

11. Quais oportunidades de trabalho deveriam ser ofertadas?

.....
.....
.....

12. Você considera a remuneração concedida:

(1) justa (2) injusta

13. Por quê?

.....
.....

IV – Educação para funcionários/as

1. Já foi convidado/a a participar de alguma atividade educativa na unidade?

(1) sim (2) não

2. De qual/quais participou?

.....
.....

3. De qual/quais não participou?

.....
.....

4. Por quê?

.....
.....

5. De quais atividades educativas gostaria de participar?

.....
.....

Atividade antes da prisão

O que fazia	Frequência
PEDREIRO	14
AJUDANTE GERAL	11
EMPRESÁRIO	11
COMERCIANTE	8
MECÂNICO	8
MOTORISTA	8
GARÇOM	6
CABELEIREIRO	5
COMÉRCIO	5
VENDEDOR	5
AJUDANTE DE PEDREIRO	4
FEIRANTE	4
MOTOBOY	4
SERVENTE DE PEDREIRO	4
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	3
AUXILIAR DE PRODUÇÃO	3
CAMELÔ	3
COBRADOR	3
COBRADOR DE ÔNIBUS	3
CONSTRUÇÃO CIVIL	3
METALÚRGICO	3
PIZZAIOLO	3
RECICLAGEM	3
SEGURANÇA	3
VENDEDOR AMBULANTE	3
AGRICULTOR	2
AJUDANTE	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2
CAMINHONEIRO/MOTORISTA	2
CARROCEIRO	2
CASEIRO	2
CORRETOR DE IMÓVEIS	2
DIARISTA	2
ELETRICISTA	2
ELETRICISTA INDUSTRIAL	2
ENCANADOR	2

O que fazia	Frequência
ESTOQUISTA	2
LAVA-RÁPIDO	2
MARCENARIA	2
MARCENEIRO	2
OFFICE BOY	2
OPERADOR DE MÁQUINA	2
PINTOR	2
PINTURA	2
PROMOTOR DE VENDAS	2
TAXISTA	2
TELEMARKETING	2
VENDAS	2
VENDEDORA	2
ACESSÓRIOS PARA CARROS	1
AÇOUGUEIRO	1
ADM. DE EMPRESAS	1
ADMINISTRADOR DE OFICINA MECÂNICA	1
ADMINISTRAVA EMPRESA DE INFORMÁTICA	1
ADMINISTRAVA NEGÓCIOS	1
ADVOGADA	1
AFAZERES DO SÍTIO (AGRICULTURA)	1
AGÊNCIA DE VIAGENS	1
AJUDANTE DE CAMINHÃO	1
AJUDANTE DE CAMINHÃO DA NESTLÊ	1
AJUDANTE DE COSTURA	1
AJUDANTE DE ELETRICISTA	1
AJUDANTE DE EVENTOS	1
AJUDANTE DE LAVA-RÁPIDO	1
AJUDANTE DE MOTOBOY	1
AJUDANTE DE MARCENARIA	1
AJUDANTE DE OBRAS	1
AJUDANTE DE PINTOR	1
AJUDANTE DE PINTURA	1
AJUDANTE DE PREPARADOR DE CARRO	1
AJUDANTE DE COZINHA	1
AJUDANTE E PEDREIRO	1
AJUDANTE GERAL EM LOJA DE SOM	1
AJUDANTE GERAL CONSTRUÇÃO CIVIL	1
AJUDANTE GERAL EM DEPÓSITO DE GÁS	1
AJUDANTE GERAL/CARGA E DESCARGA	1

O que fazia	Frequência
ALMOXARIFADO DE OBRA	1
ALMOXARIFE	1
APLICADOR DE ADESIVO	1
APOSENTADO, MAS TRABALHAVA COMO ENCARREGADO DE TRANSPORTE	1
ARQUITETO DE SISTEMA	1
ARTESANATO	1
ARTISTA PLÁSTICO	1
ASCENSORISTA E PORTEIRO	1
ASSENTADOR DE PISOS E AZULEJOS	1
ASSISTENTE	1
ATENDENTE	1
ATENDENTE BURGER KING	1
ATENDENTE DE RESTAURANTE	1
ATENDENTE NO CORREIO	1
ATENDENTE RESTAURANTE	1
AUTOELÉTRICO E REFRIGERAÇÃO	1
AUTÔNOMO	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVA	1
AUXILIAR DE PRODUÇÃO	1
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	1
AUXILIAR DE PRODUÇÃO JR.	1
AUXILIAR OPERACIONAL E DE LOGÍSTICA	1
AUXILIAR TÉCNICO	1
AZULEJISTA	1
BALCONISTA	1
BALCONISTA DE AÇOUGUE	1
BALCONISTA FRIOS SUPERMERCADO	1
BALCONISTA/RECEPCIONISTA	1
BARMAN	1
BARMAN, GARÇOM	1
BARQUEIRO DE PESCA	1
BICO EM CLUBE DE CAMPO	1
BORRACHARIA	1
BORRACHEIRO E FEIRANTE	1
BUFÊ (SOM, ALIMENTO, BEBIDAS)	1
CABELEIREIRA	1
CAMBISTA	1
CAMINHONEIRO	1
CARGA E DESCARGA NO CEAGESP	1

O que fazia	Frequência
CARREGAMENTO DE CARGA	1
CARROCEIRO MATERIAIS RECICLÁVEIS	1
CATADOR DE RECICLADOS	1
CENOGRAFIA	1
CHÁCARA	1
CHAPA	1
CHAPEIRO DE CHURRASCO	1
CHEFE DE COZINHA	1
CHEFE DE EXPEDIÇÃO	1
COLHIA LARANJA E POSSUÍA PEQUENO COMÉRCIO	1
COLOCAÇÃO DE PISO DE MADEIRA	1
COMERCIANTE (MERCEARIA)	1
COMERCIANTE NA 25 DE MARÇO	1
COMÉRCIO EXTERIOR	1
COMPRA E VENDA DE VEÍCULOS, TRAFICANTE	1
COMUNICAÇÃO VISUAL	1
CONFERENTE NO C&C	1
CONFERENTE NO CEASA	1
CONFERENTE NO PONTO FRIO	1
CONSTRUTOR CIVIL	1
CONSTRUTOR/ PEDREIRO	1
CONTADOR/PINTOR	1
CORRETOR DE VENDAS	1
COSNTRUÇÃO CIVIL	1
COSTURA COM A MÃE	1
COSTUREIRA	1
COZINHEIRO	1
CRIME	1
DESCARREGAVA CAMINHÃO NA FEIRA	1
DESIGN TEXTIL (CRIAÇÃO DE ESTAMPA)	1
DESPACHANTE ADUANEIRO	1
DIRETOR DE ARTE	1
DONO DE BAR	1
DONO DE CONFECÇÃO	1
DONO DE FARMÁCIA E DISTRIBUIDORA	1
DONO DE FRANQUIA/VIVO	1
DONO DE LAN HOUSE	1
DONO DE LANCHONETE	1
DONO DE MERCEARIA	1
DONO DE SALÃO DE ESTÉTICA	1

O que fazia	Frequência
EMPREGADA	1
EMPRESÁRIO/3 LOJAS (INFORMÁTICA/LAN HOUSE)	1
EMPRESÁRIO – POSSUIA FROTA DE CAMINHÕES	1
EMPRESÁRIO – SEGURANÇA ELETRÔNICA	1
EMPRESÁRIO (FUNILARIA E PINTURA DE CARROS)	1
EMPRESÁRIO CONSTRUÇÃO CIVIL	1
EMPRESÁRIO, DONO DE LAN HOUSE	1
ENCARREGADO DE CONFECÇÃO DE JEANS	1
ENTREGA DE CONGELADOS	1
ENTREGADOR DE PIZZA	1
ESCRITÓRIO DE JOIAS E ASSISTÊNCIA JURÍDICA	1
ESCRITÓRIO IMOBILIÁRIO	1
ESTOQUISTA JÚNIOR	1
ESTRUTURA METÁLICA	1
EVENTOS	1
FAXINEIRA	1
FAZIA MOLDURA/ ARTES PLÁSTICAS	1
FERRO VELHO NA RUA	1
FISCAL DE PERUA DE ENTREGA DE COMPRAS	1
FISCAL E COBRADOR DE TRANSPORTE COLETIVO	1
FRENTISTA	1
FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO	1
FUNILARIA E PINTURA	1
FUNILEIRO, MOTORISTA, COMERCIANTE	1
GARI	1
GARI NA PREFEITURA	1
GERENTE DE DISTRIBUIÇÃO EM EMPRESA	1
GESSEIRO	1
GESSO	1
GRÁFICA/OPERAVA MÁQUINA	1
HOME CARE – AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1
HORTIFRUTI EM CHÁCARA	1
INCORPORADORA/CONSTRUTORA	1
INFORMÁTICA	1
INSTALAÇÃO DE CIRCUITO DE SEGURANÇA EM RESIDÊNCIAS	1
INSTALADOR DE SOM (AUTO)	1
JARDINAGEM	1
JARDINEIRO E PINTOR	1
JORNALEIRO	1
LAVOURA	1

O que fazia	Frequência
LIMPADOR DE VIDRO E GARÇOM	1
LIMPEZA	1
LIXADOR NA PETROBRAS	1
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	1
LOGÍSTICA	1
LOTAÇÃO, PEDREIRO	1
MAÍTRE	1
MANICURE	1
MANOBRISTA	1
MANUTENÇÃO CIVIL (SERVIÇOS GERAIS)	1
MANUTENÇÃO DE PISCINAS	1
MANUTENÇÃO DO METRÔ	1
MANUTENÇÃO, HIDRÁULICA, ELÉTRICA	1
MECÂNICO (DESMANCHE)	1
MECÂNICO DE AUTOS	1
MECÂNICO GERAL	1
MECÂNICO/LAVAVA CARRO/TINHA INQUILINO	1
MENSAGEIRO	1
MICROEMPRESÁRIO DE AUTOMÓVEIS	1
MICROEMPRESÁRIA	1
MICRO EMPRESÁRIO	1
MILITAR/SARGENTO	1
MONTADOR DE ESTANDES	1
MONTADOR DE MÓVEIS	1
MONTAGEM	1
MONTAGEM DE PALCO PARA EVENTO	1
MOTOBOY DE PIZZARIA	1
MOTOCICLISTA	1
MOTORISTA	1
MOTORISTA CAMINHÃO	1
MOTORISTA CARRETEIRO	1
MOTORISTA DE CAMINHÃO	1
MOTORISTA DE LOTAÇÃO	1
MOTORISTA DE ÔNIBUS	1
MOTORISTA DE TRANSPORTE COLETIVO	1
MOTORISTA DO TRÁFICO	1
MOTORISTA E AJUDANTE	1
MOTORISTA E SALGADEIRO	1
MOTORISTA DE EMPRESA DE TRANSPORTE	1
MOTORISTA PARTICULAR	1

O que fazia	Frequência
MUSICISTA	1
MÚSICO	1
MÚSICO – AULA DE PERCUSSÃO	1
NEGOCIADOR DE DÍVIDA	1
OFICIAL DE MESA	1
OFICINA DE FUNILARIA E PINTURA	1
OFICINA DE CARRO	1
OFICINA MECÂNICA	1
OPERADOR DE COMPUTADOR DE GRANDE PORTE	1
OPERADOR DE TELEMARKETING	1
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, POLIMENTO DE CARROS	1
PARAMÉDICO MILITAR	1
PEDREIRO E VIGIA NOTURNO	1
PEDREIRO/ELETRICISTA ENCANAMENTO	1
PEDREIRO REFRAFATÁRIO NA ÁREA DA PETROBRAS	1
PEDREIRO/ELETRICISTA	1
<i>PERSONAL TRAINER</i>	1
PERUEIRO	1
PILOTO DE LINHA AÉREA	1
PINTOR AUTOMOTIVO	1
PINTOR, PIZZAIOLO...	1
PINTURA, ELÉTRICA, GESSO, PADEIRO	1
PIZZAIOLO E ESFIRREIRO	1
POLIDOR DE AUTOS	1
POLIMENTO	1
POLIMENTO DE CARROS	1
PORTARIA	1
PORTEIRO	1
POSSUI UMA EXPORTADORA E USINA DE ÁLCOOL	1
POSSUIA EMPRESA DE TRANSPORTE ESCOLAR	1
PREPARADOR DE CARROS SEMI NOVOS	1
PREPARADORA DE PEÇAS/ MOTO GIRL	1
PRESTADOR DE SERVIÇO ELETROPAULO	1
PRESTADOR DE SERVIÇO PARA PMSP – POSSUÍA UM ALBERGUE	1
PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLA PRIVADA DE ESPORTE DE SUA PROPRIEDADE	1
PROFESSOR DE JARDINAGEM	1
PROFESSORA	1
PROMOTER	1
PROMOTOR DE VENDAS NESTLÉ	1
PROPRIETÁRIO DE ESTACIONAMENTO	1

O que fazia	Frequência
PROPRIETÁRIO DE LAVA RÁPIDO	1
RECEPCIONISTA	1
REPOSITOR	1
REPOSITOR EM LOJA	1
REPOSITOR EM SUPERMERCADO	1
REPRESENTANTE COMERCIAL	1
REPRESENTANTE COMERCIAL FORMATURAS	1
RESTAURAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL	1
RESTAURADOR DE AUTOS	1
ROÇA – COLHIA CAFÉ	1
ROUBAVA	1
SALADEIRO E GARÇOM	1
SALÃO	1
SECRETARIA	1
SEGURANÇA DE POSTO DE GASOLINA	1
SEGURANÇA ELETRÔNICA (HSBC E BRADESCO)	1
SEGURANÇA PARTICULAR	1
SEGURANÇA/PORTEIRO	1
SERRALHEIRO	1
SÓCIO DE EMPRESA DE INFORMÁTICA	1
SOLDADOR	1
TAPECEIRO/CHEFE DE COZINHA	1
TATUADOR	1
TÉCNICO DE CALDEIRAS	1
TÉCNICO DE CELULAR	1
TÉCNICO DE FITNESS	1
TÉCNICO DE MECÂNICA	1
TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO	1
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	1
TELEOPERADORA	1
TERCEIRIZAVA TRANSPORTE	1
TRABALHAVA COM O SOGRO EM EMPRESA QUÍMICA	1
TRABALHAVA EM LAVA RÁPIDO	1
TRABALHAVA EM TRANSPORTADORA	1
TRABALHAVA NO HOSPITAL, ATENDENTE DE LANCHONETE	1
TRABALHAVA PARA ELETROPAULO	1
TRÁFICO	1
TRANSPORTADORA	1
TRANSPORTADORA E ONG	1
TRANSPORTE – CAMINHONEIRO	1

O que fazia	Frequência
TRANSPORTE DE CARGA	1
TRATAMENTO DE PEÇAS/METALURGIA	1
TRAVESTI	1
USINAGEM E PINTURA E OFICINA DE CARROS	1
VENDEDOR NAS CASAS BAHIA	1
VENDEDOR DE AUTOPEÇAS E ENTREGADOR DE PIZZA	1
VENDEDOR DE CAFÉ	1
VENDEDOR DE DOCE	1
VENDEDOR DE LOJA EM <i>SHOPPING</i>	1
VENDEDOR DE ROUPA EXTERNO	1
VENDEDORA LOJA SHOPPING	1
VENDIA SALGADOS NA RUA	1
VIDRAÇARIA DE AUTOMÓVEL	1
VIGILANTE	1
SEM DECLARAÇÃO	140
Total	599

Profissão antes da prisão

Profissão antes da prisão	Frequência
AJUDANTE GERAL	24
MECÂNICO	20
PEDREIRO	20
MOTORISTA	15
PINTOR	12
COMERCIANTE	9
ELETRICISTA	9
EMPRESÁRIO	7
METALÚRGICO	7
CABELEIREIRO	6
VENDEDOR	6
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	5
MARCENEIRO	5
COZINHEIRO	4
ENCANADOR	4
FUNILEIRO	4
GARÇOM	4
TORNEIRO MECÂNICO	4
VIGILANTE	4
AÇOUGUEIRO	3
ADMINISTRADOR	3
AGRICULTOR	3
AJUDANTE DE COZINHA	3
CONFERENTE	3
OPERADOR DE MÁQUINA	3
PIZZAIOLO	3
SERVENTE DE PEDREIRO	3
ARTESÃO	2
AUXILIAR DE PRODUÇÃO	2
BORRACHEIRO	2
CAMINHONEIRO	2
COBRADOR	2
COBRADOR DE ÔNIBUS	2
MONTADOR DE MÓVEIS	2
MOTOBOY	2
MOTORISTA DE ÔNIBUS	2

Profissão antes da prisão	Frequência
MÚSICO	2
OPERADOR DE TELEMARKETING	2
PROMOTOR DE VENDAS	2
SEGURANÇA	2
TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO	2
ADESTRADOR DE CÃES	1
ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	1
ADVOGADA	1
AGRICULTOR, TRABALHADOR BRAÇAL	1
AJUDANTE CONSTRUÇÃO CIVIL	1
AJUDANTE DE FARMÁCIA – ESTOQUISTA	1
AJUDANTE DE MARCENARIA	1
AJUDANTE DE PEDREIRO	1
AJUDANTE DE PINTURA	1
AJUDANTE DE TRANSPORTE	1
AJUDANTE DE TRANSPORTE E PEDREIRO	1
AJUDANTE GERAL, PINTOR	1
AJUDANTE GERAL/CARGA E DESCARGA	1
AJUDANTE GERAL/OPERADOR DE MÁQUINA	1
ALMOXARIFE	1
ANALISTA	1
ANALISTA DE SISTEMAS	1
ANALISTA DE SUPORTE SÊNIOR	1
ÁREA SOCIAL	1
ARQUITETURA, ELÉTRICA, HIDRÁULICA	1
ARTESÃ	1
ARTISTA CIRCENSE	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1
ASSISTENTE EDIÇÃO	1
ATENDENTE DE <i>TELEMARKETING</i>	1
AUXILIAR ADMINISTRATIVO EM OS	1
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1
AUXILIAR DE LOJA	1
AUXILIAR DE PRODUÇÃO DE EVENTOS	1
AUXILIAR OPERACIONAL E DE LOGÍSTICA	1
AUXILIAR TÉCNICO DE CONTABILIDADE	1
AZULEJISTA E PEDREIRO	1
BACHAREL EM BIOMEDICINA	1
BALCONISTA	1
BALCONISTA DE DROGARIA	1

Profissão antes da prisão	Frequência
BALCONISTA DE FARMÁCIA/TELEMARKETING	1
BARMAN	1
BARMAN E AJUDANTE GERAL	1
BORRACHEIRO E MECÂNICO	1
CABELEIREIRA	1
CABELEIREIRO E ESTETICISTA	1
CHAPEIRO DE CHURRASCO	1
CHEFE DE COZINHA	1
COBERTURA EM GERAL	1
COLOCADOR DE PISO	1
COMERCIANTE E ADVOGADO	1
COMERCIÁRIO	1
COMPUTAÇÃO	1
CONFEITEIRO	1
CONSTRUÇÃO CIVIL	1
CONSTRUTOR	1
CONSTRUTOR CIVIL	1
CONTADOR	1
CONTADOR, PINTOR	1
CORDEIRO – DESCE POR FORA DOS PRÉDIOS PENDURADO	1
CORRETOR DE IMÓVEIS	1
CORRETOR DE IMÓVEIS/ADMINISTRADOR DE EMPRESA	1
COSTUREIRA	1
DECORADORA	1
DESIGN INDUSTRIAL	1
DESPACHANTE ADUANEIRO	1
DESPACHANTE ADUANEIRO	1
DIARISTA	1
DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS	1
DONO DE BAZAR	1
DONO DE LANCHONETE	1
ELÉTRICA AUTOMOTIVA	1
ELETRICISTA	1
ELETRICISTA INDUSTRIAL	1
EMISSOR NACIONAL – TURISMÓLOGO	1
EMPAOTADOR DE SUPERMERCADO	1
EMPRESÁRIO NA ÁREA DE TRANSPORTE	1
ENCANADOR E PINTOR	1
ENCARREGADO DE FATURAMENTO	1
ENCARREGADO DE TRANSPORTE	1

Profissão antes da prisão	Frequência
ENFESTADOR (TECELAGEM)	1
ESTAMPADOR DE TECIDO	1
ESTIVADOR, TRATORISTA	1
ESTRUTURA METÁLICA	1
ESTUDANTE DE DIREITO	1
EXÉRCITO (CABO)	1
FABRICANTE TEXTURA	1
FEIRANTE	1
FEIRANTE E CAMINHONEIRO	1
FOTÓGRAFO	1
FUNICIONÁRIO DE CARGA E DESCARGA	1
FUNILARIA E PINTURA DE CARROS	1
GARÇOM, COPEIRO, COZINHEIRO, AJUDANTE DE OBRA	1
GARI – COLETOR	1
GESSEIRO	1
GARÇOM	1
GRÁFICO	1
INSTALADOR DE ACESSÓRIOS EM CARROS	1
INSTALADOR SOM (AUTO)	1
JARDINEIRO	1
JARDINEIRO E PINTOR	1
JARDINEIRO, METALÚRGICO, SEGURANÇA PARTICULAR	1
LOGÍSTICA/MECÂNICO	1
MONTADOR DE DIVISÓRIAS	1
MAÍTRE	1
MANICURE	1
MANOBRISTA	1
MANUTENÇÃO CIVIL	1
MARMORISTA	1
MECÂNICA EM GERAL	1
MECÂNICO DE AUTOS	1
MECÂNICO E AUXILIAR DE PRODUÇÃO	1
MECÂNICO, FUNILEIRO E PINTOR	1
MECÂNICO, PIZZAIOLO, VENDEDOR, ATOR, MOTOBOY	1
MECÂNICO, SERRALHEIRO, AJUDANTE DE TRANSPORTE	1
MEIO OFICIAL DE REFRIGERAÇÃO	1
MESTRE DE OBRAS	1
MONTADOR	1
MOTO GIRL	1
MOTORISTA	1

Profissão antes da prisão	Frequência
MOTORISTA/CARRETEIRO	1
MOTORISTA DE TAXI	1
MOTORISTA E SALGADEIRO	1
MOTORISTA/FUNILEIRO E MECÂNICO	1
MOTORISTA PARTICULAR	1
MOTORISTA PROFISSIONAL	1
MOTORISTA TAXI/CAMINHÃO	1
MOTORISTA, TECELÃO, AJUDANTE, VENDEDOR	1
MÚSICO	1
OFFICE BOY, GARÇOM, OPERADOR DE TELEMARKETING	1
OPERADOR DE COMPUTADOR	1
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	1
OPERADOR DE EMPILHADEIRA/AJUDANTE GERAL	1
OPERADOR DE INJETOR	1
OPERADOR DE MÁQUINA COMPUTADORIZADA	1
OPERADOR DE MÁQUINA INJETORA	1
OPERADOR DE MÁQUINAS	1
OPERADOR LOGÍSTICO	1
ORGANIZADOR DE EVENTOS	1
PADEIRO E PEDREIRO	1
PANIFICAÇÃO, PADEIRO SENAC	1
PARAMÉDICO	1
PEDREIRO E PESQUISADOR	1
PEDREIRO E PROFESSOR DE CAPOEIRA	1
PEDREIRO E SERRALHEIRO	1
PEDREIRO REFRAATÁRIO	1
PEDREIRO, PINTOR	1
PEDREIRO/ELETRICISTA	1
PERSONAL TRAINER	1
PILOTO	1
PINTOR DE AUTOMÓVEIS E ELETRICIDADE	1
PINTOR E PEDREIRO	1
PINTOR LETRISTA	1
PINTOR, ELETRICISTA, GESSEIRO E PADEIRO	1
PINTURA DE RESTAURANTE	1
PIZZAIOLO E ESFIRREIRO	1
PIZZAIOLO, PADEIRO	1
POLICIAL MILITAR	1
POLIDOR	1
POLIDOR DE AUTOS	1

Profissão antes da prisão	Frequência
POLIDOR DE CARRO	1
PORTEIRO	1
PROF. DE DANÇA	1
PROFESSOR	1
PROFESSOR APOSENTADO	1
PROFESSOR DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA ARTE MODERNA	1
PROFESSOR DE JARDINAGEM	1
PROMOTER	1
PROMOTOR DE VENDAS, REPOSITOR	1
PROMOTORA DE VENDAS	1
PROPAGANDA	1
PUBLICITÁRIO	1
QUADRISTA, RESTAURAÇÃO DE MÓVEIS	1
QUÍMICO (TÉCNICO)	1
RECEPCIONISTA	1
REPRESENTANTE COMERCIAL	1
RESTAURADOR	1
SECRETÁRIO (VISTORIA DE INDÚSTRIA)	1
SEGURANÇA PESSOAL E PRIVADO	1
SEGURANÇA, VIGILÂNCIA	1
SERRALHEIRO	1
SERRALHEIRO E MOTORISTA	1
SOLDADO	1
SOLDADOR METALÚRGICO	1
SOLDADOR, METALÚRGICO	1
SOLDADOR/MÚSICO	1
SUCATEIRO	1
TAPECEIRO E CHEFE DE COZINHA	1
TATUADOR	1
TAXISTA	1
TÉCNICO DE CALDEIRAS	1
TÉCNICO DE FITNESS	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1
TÉCNICO DE MECÂNICA	1
TÉCNICO DE RASTREADOR	1
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO/ÁREA DA SAÚDE	1
TÉCNICO DE CELULAR	1
TÉCNICO ELETRÔNICO	1
TÉCNICO EM COMPUTAÇÃO	1
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1

Profissão antes da prisão	Frequência
TÉCNICO EM INFORMÁTICA E TELEFONIA	1
TÉCNICO EM INFORMÁTICA, APARELHAGEM	1
TÉCNICO EM METALÚRGICA	1
TEM UM LAVA RÁPIDO	1
TRABALHAVA COM MANGUEIRAS DE ALTA PRESSÃO	1
TRABALHAVA COM NEON	1
TRAFICANTE	1
TRATORISTA	1
VENDEDORA	1
VIDRACEIRO	1
VIGILANTE ELETRÔNICO	1
Sem Declaração	172
Total	599

Curso profissionalizante antes da prisão

Tipo de curso	Frequência
INFORMÁTICA	60
PANIFICAÇÃO	6
CABELEIREIRO	5
ELETRICISTA	4
INGLÊS	3
MARCENARIA	3
MECÂNICO DE AUTOS	3
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	2
FUNILARIA	2
HOTELARIA	2
INFORMÁTICA E DATILOGRAFIA	2
MECÂNICA	2
MECÂNICA GERAL	2
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	2
PEDREIRO	2
SEGURANÇA	2
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	2
TELEMARKETING	2
TORNEIRO MECÂNICO	2
ABAJUR NA FEBEM	1
ADMINISTRAÇÃO	1
ADMINISTRAÇÃO E TEOLOGIA	1
ADMINISTRAÇÃO, IDIOMAS E INFORMÁTICA	1
AGENTE DE CONTROLE DE ZOOSE	1
AJUDANTE DE PEDREIRO	1
AJUDANTE MANUTENÇÃO DE ELEVADOR	1
AJUSTADOR MECÂNICO, DESENHO E ELETRICISTA	1
ANÁLISE CLÍNICA – DERMATOLOGIA	1
ARTES GRÁFICAS	1
ARTESANATO	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO NO SENAI	1
AUTOELÉTRICO	1
AUXILIAR DE VENDAS	1
AZULEJISTA	1
AZULEJISTA (NA PRISÃO)	1
BARMAN E TEATRO	1

Tipo de curso	Frequência
CABELEIREIRO, ESTETICISTA, GARÇOM, VINHO, SALADA	1
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1
COLOCAÇÃO DE PISO, TEXTURIZAÇÃO, INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO (NA FUNDAÇÃO CASA)	1
COMERCIAL, DOCUMENTAÇÃO, RECURSOS HUMANOS (SENAC)	1
COMPUTAÇÃO	1
COMPUTAÇÃO E PAISAGISMO	1
COMPUTAÇÃO, LAPIDAÇÃO, DATILOGRAFIA	1
COMPUTAÇÃO, SECRETARIADO, CONTABILIDADE, ADMINISTRAÇÃO, REPARADOR DE LINHA TELEFÔNICA, PINTURA RESIDENCIAL	1
CONFEITARIA, INFORMÁTICA, DESENHO	1
CONFEITEIRO	1
CONFEITEIRO – SENAI	1
CONTABILIDADE	1
CONTROLE DE QUALIDADE, SEGURANÇA PARTICULAR	1
CORRETOR DE IMÓVEIS, PROGRAMADOR DE MICRO, GERÊNCIA DE VENDAS, ÉTICA NO TRABALHO E TEATRO	1
COZINHA	1
CULINÁRIA E MANICURE	1
CULINÁRIA MAS NÃO CONCLUIU	1
CULINÁRIA, MÚSICA	1
CURSO SOBRE EFEITO DAS DROGAS – É ORIENTADOR ESPIRITUAL	1
CURSOS COMPLEMENTARES NA ÁREA DE SEGURANÇA E INFORMÁTICA	1
DATILOGRAFIA E INFORMÁTICA NO SENAI	1
DATILOGRAFIA, INGLÊS, COMPUTAÇÃO	1
DESENHO	1
DESIGNER GRÁFICO, MECATRÔNICA	1
DIGITAÇÃO, INFORMÁTICA, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	1
DJ	1
ELÉTRICA, REFRIGERAÇÃO, CIPA	1
ELÉTRICA	1
ELETRICIDADE, ELETRÔNICA AUTOMOTIVA	1
ELETRICISTA DE AUTOS, MECÂNICO	1
ELETRICISTA E INGLÊS	1
ELETRICISTA INDUSTRIAL	1
ELETRICISTA, RESTAURADOR DE PATRIMÔNIO, CÂMERA	1
ELETRÔNICA	1
ELETRÔNICA	1
ELETRÔNICA, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PINTURA E TEXTURIZAÇÃO E INFORMÁTICA	1
ELETROTÉCNICA	1
EMPILHADEIRA	1
ENCADERNAÇÃO, TRANSPORTE COLETIVO, EMPREENDEDORISMO (SEBRAE)	1
ENCANADOR	1
ENCANADOR HIDRÁULICO	1

Tipo de curso	Frequência
ESCOLTA CARRO FORTE	1
ESTAMPA DE CAMISA	1
FARMÁCIA (2 ANOS), TÉCNICO QUÍMICA	1
FERRAMENTEIRO, TORNEIRO MECÂNICO, AJUSTADOR	1
FLUXO DE CAIXA	1
FORMAÇÃO DE VIGILANTE E ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE SOLDA ELÉTRICA	1
FOTOGRAFIA E INFORMÁTICA	1
FOTÓGRAFO	1
FOTÓGRAFO, CONSTRUÇÃO CIVIL	1
FUNILARIA, OFICIAL MECÂNICO, BÁSICO ELÉTRICA	1
GARÇOM	1
GASTRONOMIA	1
GESSEIRO	1
GESTÃO	1
GESTÃO EMPRESARIAL	1
GESTÃO FINANCEIRA, RH, GESTÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1
GRÁFICO E CONFEITEIRO	1
HIDRÁULICA, HIGIENIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROS	1
HORTIFRUTI E OUTROS	1
HOTELARIA/TURISMO, INFORMÁTICA	1
II – 4 (INCOMPREENSÍVEL)	1
IMÃ DE GELADEIRA	1
IMPRESSOR FLEXOGRÁFICO	1
INFESTADOR (TECELAGEM)	1
INFORMÁTICA	1
INFORMÁTICA E ADESTRAMENTO DE CÃES	1
INFORMÁTICA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	1
INFORMÁTICA E ELETRÔNICA	1
INFORMÁTICA E EMPILHADEIRA	1
INFORMÁTICA E GASTRONOMIA	1
INFORMÁTICA E IMPRESSÃO GRÁFICA	1
INFORMÁTICA E INGLÊS	1
INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO DE MICRO	1
INFORMÁTICA E MECÂNICA	1
INFORMÁTICA E PANIFICAÇÃO	1
INFORMÁTICA E TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	1
INFORMÁTICA, ADM. EMPRESA, SEGURANÇA DO TRABALHO	1
INFORMÁTICA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, SECRETARIADO	1
INFORMÁTICA, AUTOELÉTRICA, INGLÊS, ESPANHOL	1
INFORMÁTICA, CALL CENTER, TELEMARKETING	1

Tipo de curso	Frequência
INFORMÁTICA, GESTÃO EMPRESARIAL	1
INFORMÁTICA, GESTÃO EMPRESARIAL, MARCENEIRO	1
INFORMÁTICA, INGLÊS BÁSICO, ADMINISTRAÇÃO	1
INFORMÁTICA, MANICURE, CURSO PARA VESTIBULAR, TELEMARKETING	1
INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO DE MICRO	1
INFORMÁTICA, MECÂNICA	1
INFORMÁTICA, PIZZAIOLO	1
INFORMÁTICA/CABEAMENTO ESTRUTURADO	1
INGLÊS – FUNDAÇÃO CASA	1
INGLÊS, ESPANHOL, HEBRAICO, FEZ PUBLICIDADE E ESTUDAVA DIREITO	1
INFORMÁTICA, CULINÁRIA, DESENHO	1
INSTALAÇÃO DE SOM E ACESSÓRIOS	1
INSTALAÇÃO DE TELEFONE	1
INSTALADOR DE TV A CABO	1
INSTALADOR E REPARADOR DE LINHAS TELEFÔNICAS	1
JARDINAGEM NO SENAI	1
JARDINEIRO E CABELEIREIRO	1
JARDINEIRO E PAISAGISMO	1
JOIAS (AVÔ ERA JOALHEIRO)	1
LABORATÓRIOS MÉDICOS	1
LAPIDAÇÃO, <i>SILK SCREEN</i> , CULINÁRIA, MARCENARIA	1
LETRAS – CURSO DA ESCOLA MAS SEM CERTIFICADO	1
MAGIC CORTE, CORTE E COSTURA E DECORAÇÃO	1
MANIPULAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS	1
MANUTENÇÃO D ECOMPUTADORES INCOMPLETO	1
MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR, ELETRÔNICA	1
MANUTENÇÃO DE JARDIM, PISCICULTURA	1
MAQUIAGEM, INFORMÁTICA	1
MAQUIAGEM,DEPILAÇÃO E PANIFICAÇÃO	1
MARCENARIA, REFRIGERAÇÃO, SERRALHERIA MANUAL	1
MECÂNICA DE MOTOS	1
MECÂNICA DE USINAGEM	1
MECÂNICA GERAL, INFORMÁTICA	1
MECÂNICA, INSTRUTOR AUTOESCOLA, ENFERMAGEM	1
MECÂNICO	1
MECÂNICO DE AUTOMÓVEIS	1
MECÂNICO NA HONDA	1
MECÂNICO NO SENAI E CABELEIREIRO	1
MECÂNICO, INSTALADOR E REPARADOR DE TECIDO	1
MOTORISTA PROFISSIONAL	1

Tipo de curso	Frequência
OPERADOR DE MÁQUINA, QUALIDADE DE PEÇA	1
OPERADOR DE TELEMARKETING	1
OPERADORA DE TELEMARKETING	1
ORIENTAÇÃO PARA CRÉDITO – SEBRAE	1
PADARIA, TAPEÇARIA, DESENHO, OBRA SOCIAL	1
PADEIRO CONFEITEIRO	1
PADEIRO CONFEITEIRO/ELÉTRICA (SENAI)	1
PADEIRO E PIZZAIOLO	1
PADEIRO, CONFEITEIRO, ELÉTRICA, PINTURA (SENAI)	1
PANIFICAÇÃO, ELÉTRICA, MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	1
PANIFICAÇÃO, FOTOGRAFIA, TATUAGEM E <i>BODY PIERCING</i>	1
PANIFICAÇÃO, MECÂNICA, CERÂMICA (SENAI)	1
PANIFICAÇÃO, TELEMARKETING, ADESTRADOR DE CÃES, PINTURA	1
PARAMÉDICO	1
PEDREIRO E ASSENTADOR DE PISO	1
PEDREIRO E TALHADISTA	1
PEQUENO EMPREENDEDOR – SEBRAE	1
PESSOAS E MATERIAIS – PARA TRABALHAR EM ELEVADOR DE OBRA	1
PILOTO DE AERONAVES MONOMOTORES, MECÂNICO, FOTÓGRAFO SENAC	1
PINTURA	1
PINTURA AUTOMOTIVA	1
PINTURA AUTOMOTIVA NO SENAI	1
PINTURA DE PAREDE	1
PINTURA RESIDENCIAL	1
PORTEIRO	1
PRODUÇÃO DE MÚSICA ELETRÔNICA	1
PROFISSIONALIZANTE	1
PROGRAMADOR	1
PROTOCOLO E ARQUIVO, DATILOGRAFIA, SOLDADOR, ESPECIALIZAÇÃO EM DIREÇÃO (MOTORISTA)	1
QUÍMICA	1
RÁDIO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADOR	1
RECICLAGEM	1
REFRIGERAÇÃO	1
RESTAURAÇÃO DE MÓVEIS	1
SALADEIRO, DECORAÇÃO E MOLHOS	1
SEGURANÇA, ENCADERNAÇÃO, JORNALISMO	1
SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE, SAÚDE	1
SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, TELEMARKETING	1
SENAI	1
SENAI – ALVENARIA	1

Tipo de curso	Frequência
SENAI – MECÂNICA DE AUTOS	1
SENAI – ELETRICIDADE, DESENHO TÉCNICO	1
SENAI – TÉCNICO: INFORMÁTICA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE	1
SENAI, ARTES PLÁSTICAS, ELETRÔNICA, RÁDIO-JORNALISMO	1
SERRALHEIRO	1
SOLDADOR	1
SOLDADOR, METALÚRGICO (SENAI)	1
TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS	1
TÉCNICAS DE VENDAS E ALMOXARIFADO	1
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	1
TÉCNICO AGRÍCOLA	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	1
TÉCNICO DE MECÂNICA, PROCESSAMENTO DE DADOS NO SENAI	1
TÉCNICO DE RASTREADOR	1
TÉCNICO DESENHO INDUSTRIAL	1
TÉCNICO ELETRÔNICO	1
TÉCNICO EM COMPUTAÇÃO	1
TÉCNICO EM ELETRÔNICA	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1
TÉCNICO EM INFORMÁTICA/MECÂNICA/USINAGEM CONVENCIONAL	1
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1
TÉCNICO EM TECELAGEM AVANÇADO, <i>SILK SCREEN</i> E EM DESENHO INDUSTRIAL	1
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1
TÉCNICO JURÍDICO	1
TÉCNICO LOGÍSTICA, TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO, FINANCEIRO E GASTRONOMIA	1
TÉCNICO VIGILANTE	1
TÉCNICO EM TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA	1
TELEMARKETING, INFORMÁTICA	1
TELEMARKETING, TELEFONISTA, VENDAS	1
TELEMARKETING/GESTÃO EMPRESARIAL	1
TELEPROCESSAMENTO, TELEFONIA, TWI	1
TOPEARIA (VELAS), ADMINISTRAÇÃO (SEBRAE)	1
TORNEIRO MECÂNICO, ELETRICISTA	1
TORNEIRO MECÂNICO, PINTURA E ARTESANATO	1
TRANSPORTE COLETIVO	1
VIGILANTE	1
ZELADOR E PORTEIRO	1
NÃO DECLARADO	274
Total	599

Curso profissionalizante na prisão

Tipo de curso	Frequência
INFORMÁTICA	4
PEDREIRO	3
ELETRICISTA	2
AGENTE OU PROMOTOR DE SAÚDE	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA	1
AZULEJISTA, ASSENTADOR DE PISOS	1
COMPUTAÇÃO	1
CORTE DE CABELO, CORTE E COSTURA	1
COZINHA	1
DATILOGRAFIA, <i>SILK SCREEN</i>	1
ELÉTRICA E HIDRÁULICA	1
ENCADERNADOR, PINTURA	1
ENCANADOR, ELETRICISTA, IDDD, INGLÊS	1
ESTAMPA DE ROUPA, <i>SILK SCREEN</i>	1
GARÇOM, INFORMÁTICA	1
GESTÃO EMPRESARIAL	1
HIDRÁULICA, HIGIENIZAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROS	1
HIGIENIZAÇÃO DE ALIMENTOS, COZINHA	1
INGLÊS	1
KIT FESTA, PINTURA	1
LÍNGUAS	1
MAQUIAGEM	1
MARCENEIRO	1
NÃO CITOU	1
NÃO LEMBRA	1
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS	1
PADEIRO	1
PANIFICAÇÃO	1
PEDREIRO, ASSENTADOR DE BLOCO	1
PEDREIRO, COMPUTAÇÃO	1
PINTURA, MARCENARIA	1
PINTURA E TEXTURA	1
PINTURA, TEXTURIZAÇÃO	2
PINTURA/TEXTURA	1
Total	40

Curso que gostaria de fazer na prisão

Tipo de curso	Frequência
TEOLOGIA	7
INFORMÁTICA	3
ESPAÑHOL	2
GEEDUC	2
INGLÊS	2
JUSTIÇA RESTAURATIVA	2
MAQUIAGEM	2
ADMINISTRAÇÃO	1
ARTE	1
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA	1
CAMAREIRA, RECEPCIONISTA, MONTAGEM DE BIJOTERIA	1
CIÊNCIA, LIXO, RECICLAGEM	1
CURSO PARA LECIONAR	1
DIREITO IDD	1
DST	1
ELÉTRICA, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, MALABARES	1
ENEM, GEDUC	1
ENFERMAGEM	1
ESPAÑHOL E PALESTRAS DE MEIO AMBIENTE	1
FORMAÇÃO PARA MONITOR	1
GDHU – PALESTRAS COM GRUPOS DE FORA	1
GEDUC	1
GEDUC (FEZ 3 VEZES), IDDD	1
GEDUC, INGLÊS, TEATRO	1
GEDUC, DST, CONSCIÊNCIA HUMANA, EM OUTRA UNIDADE	1
GEDUC, INGLÊS	1
GEEDUC, INGLÊS	1
IDDD (LEGISLAÇÃO E AFINS)	1
INGLÊS, ESPAÑHOL	1
INGLÊS, GEDUC	1
INGLÊS, VAI COMEÇAR TEOLOGIA	1
JURISPRUDÊNCIA, TEOLOGIA	1
KIT FESTA	1
LEGISLAÇÃO PENAL	1
LOGÍSTICA	1
MANICURE, LOGÍSTICA, MAQUIAGEM, TICUM (PARECE YOGA), PASSADEIRA E FUXICO	1

Tipo de curso	Frequência
MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADOR	1
MAQUIAGEM, ASSISTENTE DE CABELEIREIRO	1
MAQUIAGEM, ESTÉTICA FACIAL E CORPORAL, ADMINISTRAÇÃO E HOTELARIA, MANICURE, DASPRES	1
MATEMÁTICA, INGLÊS	1
PANIFICAÇÃO, ARTESANATO	1
PARTICIPOU DE PALESTRAS	1
PEDREIRO	1
PINTURA E TEXTURIZAÇÃO EM PAREDES	1
PREPARAÇÃO PARA DAR AULAS NO CDP	1
PREVENÇÃO DST	1
TEATRO	1
TEATRO, INGLÊS	1
TEATRO, VIDRAÇARIA	1
Total	62

Atividade de trabalho na prisão

Atividade de trabalho na prisão	Frequência
TORNEIRO MECÂNICO	8
MONITOR	7
ARTESANATO	4
FAXINA	4
METALÚRGICO	4
BIBLIOTECA	3
BIBLIOTECÁRIO	3
ELETRICISTA	3
FABRICAÇÃO DE PRENDEDOR	3
JARDINAGEM	3
MONITOR DE EDUCAÇÃO	3
PEDREIRO	3
CABELEIREIRO	2
CONSTRUÇÃO CIVIL	2
ENCARREGADO	2
FAXINA NO RAI0	2
FAXINEIRO	2
PROFESSOR DE TEOLOGIA	2
AGRICULTURA, CONSERVAÇÃO	1
AJUDANTE (JARDINAGEM, CONSTRUÇÃO...)	1
AJUDANTE DE COZINHA	1
AJUDANTE GERAL	1
APOIO NO SETOR DE EDUCAÇÃO	1
ASSISTENTE BIBLIOTECA	1
AUXILIO ENFERMARIA	1
BARBEIRO – INFORMAL	1
BOIA	1
BOIEIRO	1
BORDADO	1
CABELEIREIRO (INFORMAL)	1
CARGA E DESCARGA	1
CARPINAGEM	1
CENTRAL DO JUDICIÁRIO	1
CONSTRUÇÃO	1
CONSTRUTOR CIVIL	1
CONTROLE DE PRODUÇÃO	1

Atividade de trabalho na prisão	Frequência
COPA	1
COSTURA	1
COSTURA E BORDADO	1
COZINHA	1
DISTRIBUI COMIDA	1
DISTRIBUI REFEIÇÕES	1
DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO	1
DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS	1
EDUCAÇÃO	1
EMBALA MATERIAL/ACESSORIA DE HIDRÁULICA	1
EMPRESA ACRINIL – PRODUZ ACESSÓRIOS PARA ESCRITÓRIO	1
ENCARREGADO DA EMPRESA	1
ENCARREGADO DE BIBLIOTECA	1
ENCARREGADO DE ESPORTE	1
ENFERMARIA	1
ENTREGA JUMBO	1
FABRICAÇÃO DE PRENDEDOR DE ROUPA	1
FABRICAÇÃO DE REDE	1
FABRICAÇÃO DE REDE DE FUTEBOL	1
FABRICAÇÃO DE REFLETORES	1
FAXINA DA RADIAL	1
FAXINA E ENTREGA DE REQUISIÇÕES	1
FABRICAÇÃO PREGADOR	1
FABRICAÇÃO REDE	1
FAZIA CAFÉ (A COZINHA ESTÁ DESATIVADA NO MOMENTO)	1
FERRAMENTEIRO	1
HORTA	1
JUDICIÁRIO – ÁREA PROCESSUAL	1
LAVANDERIA	1
LEVA COMIDA PARA O RAI0	1
LIMPEZA	1
LIMPEZA DA GALERIA	1
LIMPEZA E JARDIM	1
LIMPEZA NA CELA	1
MANUTENÇÃO EM GERAL	1
MANUTENÇÃO GERAL	1
MANUTENÇÃO SERRALHERIA	1
MAQUINISTA EM METALÚRGICA	1
METALURGIA	1
MONITOR BIBLIOTECA	1

Atividade de trabalho na prisão	Frequência
MONITOR E BIBLIOTECÁRIO	1
MONTAGEM DE PRODUTOS DE 1,99	1
MONTAR ROSCAS, TAMPAS DE PRIVADAS	1
ORGANIZAÇÃO DO RAI0	1
PEDREIRO, ENCANADOR, LIMPEZA	1
POSTO CULTURAL NO RAI0	1
PRODUÇÃO DE REDE	1
PROFESSOR DE INGLÊS VOLUNTÁRIO	1
PROFESSOR	1
PROFESSOR (MONITOR)	1
PROFESSOR VOLUNTÁRIO	1
SERRALHEIRO	1
SERRALHERIA	1
SERVE COMIDA	1
SERVE OS FUNCIONÁRIOS DA UNIDADE	1
SERVIÇO GERAL (FOGÃO E SALADA)	1
SERVIÇOS GERAIS (CAPELA)	1
SETOR DE CORREIO – RESPONSÁVEL PELAS CARTAS	1
SOLDADOR	1
TRABALHA NA BIBLIOTECA	1
Total	138

Como conseguiu trabalho

Como conseguiu trabalho	Frequência
SELEÇÃO	8
FOI CONVIDADO	3
INDICAÇÃO	3
INDICAÇÃO DE COLEGA	3
NOME NA LISTA	3
CONVITE DIRETOR	2
INICIATIVA PRÓPRIA	2
ACORDO ENTRE OS PRESOS (INFORMAL)	1
AGUARDOU VAGA	1
ALGUÉM AJUDOU	1
ASSISTENTE SOCIAL INDICOU	1
ATRAVÉS DA AJUDA DE UM COMPANHEIRO	1
ATRAVÉS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO	1
ATRAVÉS DE COLEGA	1
ATRAVÉS DE FUNCIONÁRIO	1
ATRAVÉS DO CURSO, QUANDO TIROU DIPLOMA	1
ATRAVÉS DO SR. MARIO QUE É PASTOR	1
BOCA A BOCA	1
BOM COMPORTAMNETO	1
BUSCOU	1
BUSCOU O TRABALHO	1
CANDIDATOU-SE À VAGA	1
COLOCOU NOME EM LISTA	1
COM COLEGAS	1
COM COMPANHEIROS	1
COM AJUDA DE OS OUTROS PRESOS	1
COM RAPAZ DA CELA	1
COMEÇOU ESTUDANDO E DEPOIS PASSOU A MONITOR AUXILIAR E DEPOIS BIBLIOTECÁRIO	1
CONCURSO	1
CONSEGUIU DEVIDO A CURSO FEITO EM MIRANDÓPOLIS PARA DAR AULA	1
CONTATOS	1
CONVITE	1
CONVITE DA DIRETORIA	1
CONVITE DENTRO DO RAIO	1
CONVITE DO DIRETOR	1
DEU NOME E ESPEROU	1
DIRETOR CONVIDOU	1

Como conseguiu trabalho	Frequência
ENCAMINHADA APÓS O CURSO	1
ENCARREGADO DA FIRMA O CHAMOU	1
ENTROU EM LISTA PARA SELEÇÃO	1
ENVIOU CARTA PARA O SETOR DE PRODUÇÃO	1
FEZ UM TESTE	1
FOI BUSCAR	1
FOI CHAMADA NA PRODUÇÃO	1
FOI PASSANDO DE UM TRABALHO A OUTRO	1
FUNCIONÁRIO CHAMOU	1
FUNCIONÁRIO INFORMOU	1
FUNCIONÁRIOS AVISARAM	1
INDICAÇÃO DE FUNCIONÁRIO	1
INDICAÇÃO DE FUNCIONÁRIO – SETOR DE PECÚLIO	1
INDICAÇÃO DE OUTRO PRESO	1
INDICAÇÃO DOS COLEGAS	1
INDICAÇÃO PARA VAGA	1
INFORMAÇÃO DE PRESOS	1
INFORMAL – COMBINADO ENTRE OS PRESOS	1
INSCREVEU-SE EM SELEÇÃO	1
PERSEVERANÇA E SELEÇÃO	1
INTERVENÇÃO DE COLEGA	1
MÃE SOLICITOU AO DIRETOR	1
NECESSIDADE DA UNIDADE	1
OFERECEU-SE	1
OFERTA DA DIRETORA	1
OUTROS PRESOS INFORMARAM	1
PEDIU	1
PEDIU ATENDIMENTO	1
PEDIU COM PERSEVERANÇA	1
PREENCHEU FICHA	1
PROCUROU	1
PROCUROU EMPREGO COM FUNCIONÁRIO	1
APRESENTOU UM PROJETO E FOI CONVIDADO POR FUNCIONÁRIO	1
SELECIONADO	1
SETOR DE EMPREGO	1
SOLICITAÇÃO DE PERMANÊNCIA PARA DIREÇÃO	1
SOLICITAÇÃO POR CARTA À DIREÇÃO	1
SOLICITOU	1
SOLICITOU JUNTO À ADMINISTRAÇÃO	1
Total	93

Curso profissionalizante que pretende fazer no futuro

Curso profissionalizante que pretende fazer após a prisão	Frequência
INFORMÁTICA	25
MECÂNICA	12
INGLÊS	5
NÃO SABE	4
PINTURA	4
ADMINISTRAÇÃO	3
COMPUTAÇÃO	3
CONSTRUÇÃO CIVIL	3
ELETRICISTA	3
GASTRONOMIA	3
TORNEIRO MECÂNICO	3
ARTESANATO	2
COZINHA	2
ELETRÔNICA	2
ENFERMAGEM	2
MECÂNICA DE AUTO	2
QUALQUER	2
SENAI	2
TÉCNICO DE RAIOS X	2
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2
AD	1
ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA	1
APERFEIÇOAR EM CONSTRUÇÃO	1
ÁREA DE ALIMENTAÇÃO	1
ÁREA DE ESTÉTICA	1
AUTOMOTIVO	1
AUXILIAR DE ELETRICISTA DE CARRO	1
AUXILIAR ENFERMAGEM	1
AVIAÇÃO (PILOTO)	1
CABELEIREIRA	1
CDP GRU	1
COSTURA	1
CULINÁRIA PARA ABRIR LANCHONETE	1
DESENHO TÉCNICO	1
ELÉTRICA	1
ELETRICIDADE	1

Curso profissionalizante que pretende fazer após a prisão	Frequência
ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS	1
ELETRISTA E SOLDADOR	1
ELETRÔNICA	1
EMPREENDEDORISMO	1
ESCOLA DE SARGENTO DAS ARMAS	1
ESPAÑHOL E INGLÊS	1
DIREITO	1
FERRAGEM, CONSTRUÇÃO CIVIL	1
HIDRÁULICA, MECÂNICA	1
HOTELARIA	1
IDIOMAS	1
INFORMÁTICA	1
INFORMÁTICA E LÍNGUAS	1
INFORMÁTICA E MECÂNICA	1
INFORMÁTICA E PEDREIRO	1
INFORMÁTICA E TORNEIRO MECÂNICO	1
INFORMÁTICA E INGLÊS	1
INFORMÁTICA E PEDREIRO	1
INGLÊS E INFORMÁTICA	1
INJEÇÃO ELETRÔNICA	1
LÍNGUAS	1
LÍNGUAS (INGLÊS)	1
LÍNGUAS E INFORMÁTICA	1
LOGÍSTICA, COMÉRCIO	1
MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES	1
MARCENARIA, TORNEIRO MECÂNICO, PINTURA	1
MARCENARIA	1
MATEMÁTICA	1
MECÂNICA	1
MECÂNICA E GASTRONOMIA	1
MECÂNICA E ENGENHARIA	1
MECÂNICA E INFORMÁTICA	1
MERGULHADOR	1
MONTAGEM DE COMPUTADORES	1
MOP E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	1
MOTORISTA	1
MÚSICA	1
MÚSICA E GASTRONOMIA	1
NÃO CITOUCI	1
NÃO SABE O QUE ESTUDARÁ	1

Curso profissionalizante que pretende fazer após a prisão	Frequência
NÃO SABE O QUE VAI ESTUDAR	1
NÃO SABE QUAL	1
OPERADOR DE MÁQUINA	1
PADEIRO	1
PANIFICAÇÃO	1
PARA ABRIR COMÉRCIO	1
PEDREIRO	1
PEDREIRO, ENCANAMENTO, ELETRICIDADE	1
PINTURA AUTOMOTIVA	1
PINTURA E TEXTURIZAÇÃO AVANÇADO	1
PINTURA, COZINHA, DESENHO	1
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	1
PROJETISTA	1
QUAQUER UM PARA TRABALHAR EM HOSPITAL	1
RAIO X	1
REFRIGERAÇÃO	1
RELACIONADO À MECÂNICA	1
SENAI – MECATRÔNICA	1
SOLDADOR	1
<i>STREET DANCE</i>	1
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1
TÉCNICO EM CNC	1
TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	1
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1
TÉCNICO EM SOLDA	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1
TORNEIRO MECÂNICO E EMPILHADEIRA	1
Total	169

